



IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO  
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2018



**IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS  
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP**

**RELATÓRIO E CONTAS 2018**



SEGURANÇA SOCIAL

**Instituto de Gestão de Fundos** 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto  
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: [igfcss@seg-social.pt](mailto:igfcss@seg-social.pt)





**NOTA DO CONSELHO DIRETIVO 4**

NÚMEROS CHAVE 5

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP 9

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2018 12

CONTAS DO EXERCÍCIO 20

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 23

BALANÇO SOCIAL 23

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 34**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 42

Contas e Relatório de Gestão Aprovados  
pelo Conselho Diretivo do IGFCSS, IP em  
03.04.2019 (ata nº 950/2019).

*Manuel Pedro Barreira*

*José Vidrigo*

## Nota do Conselho Diretivo

O ano de 2018, especialmente o último trimestre, foi caracterizado por uma elevada volatilidade dos mercados que se traduziu numa queda substancial dos mercados no final do ano. Em consequência, os fundos sob gestão tiveram rentabilidades anuais negativas mas, contudo, melhores que a generalidade dos fundos reportados pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património.

Permaneceram, ainda, os estrangulamentos de recursos humanos, em particular nos Departamentos de Investimento e de Estudos Planeamento e Controle, áreas centrais no que respeita a uma eficiente gestão e controlo dos fundos, cuja ultrapassagem só será possível com a contratação fora do perímetro da administração pública.

Acresce ainda, que se mantiveram as condicionantes de gestão de recursos humanos, fruto do efeito conjunto das carreiras do Instituto ainda não terem sido revistas, do prosseguimento das ações judiciais na sequência dos cortes salariais para implementação das recomendações do Tribunal de Contas e das regras, semelhantes às de anos anteriores, impostas pela lei do orçamento de Estado para 2018.

Estas limitações, contudo, não diminuíram o empenho, zelo e profissionalismos dos trabalhadores e dirigentes dos Instituto que contribuíram para minorar os efeitos negativos dos comportamentos dos mercados e obter os resultados mencionados acima.

Tendo o Conselho Diretivo terminado o mandato em 31 de dezembro de 2018, o presente relatório, assim como todos os elementos de prestação de contas, são apresentados pelo Conselho que iniciou funções em 1 de janeiro de 2019, e da sua responsabilidade, e que apenas parcialmente integra elementos do anterior. Nestes termos entendemos ser de agradecer aos membros do Conselho Diretivo que cessaram funções durante o ano de 2018 todo o esforço e sabedoria que colocaram ao serviço do IGFCS.

Por último, o Conselho Diretivo sublinha o apoio recebido do Fiscal Único e do Conselho Consultivo do Instituto.

Porto, 03 de abril de 2019.

# Números Chave

## Instituto

Os custos totais de funcionamento do IGFSS, IP atingiram o valor de 2 115 419,51€<sup>1</sup>, o que representa uma quebra de 7% face ao verificado em 2017, refletindo essencialmente uma diminuição dos custos com pessoal. Com efeito, estes custos registaram um decréscimo de 8%, originado pela saída de um dos vogais do Conselho Diretivo, no final do mês de fevereiro e de um dos técnicos do DAG, em setembro, tendo ambos ingressado no Instituto de Gestão Financeira, IP.

A quebra acima mencionada aliada ao crescimento do montante médio sob gestão reforçou o já reduzido rácio entre os custos de funcionamento, cuja estrutura se apresenta na Tabela 1, e o montante médio gerido, que se traduz em 0,013%, face aos 0,015% verificados em 2017.

No final do ano o Instituto geria 17 678 717 134,34€<sup>2</sup>, referentes a três Fundos e tinha ao seu serviço 26 colaboradores, excluindo membros do Conselho Diretivo.

**TABELA 1** | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	31.12.2018	31.12.2017
<b>Custos e Perdas</b>		
Fornecimentos e Serviços Externos	682 079,50	689 909,03
Custos com Pessoal	1 392 263,47	1 518 461,31
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	13 470,91	18 882,64
Provisões do Exercício	16 408,90	27 728,35
Custos e Perdas Financeiros	1 174,80	2 658,11
Custos e Perdas Extraordinários	10 021,93	24 275,24
	<b>2 115 419,51</b>	<b>2 281 914,68</b>
Transferências Concedidas	268 426,30	305 209,08
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Prestações de Serviços	87 513,54	197 532,65
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 160 000,00	2 252 956,90
Proveitos e Ganhos Financeiros	384,81	2 020,31
Proveitos e Ganhos Extraordinários	135 947,46	134 613,90
	<b>2 383 845,81</b>	<b>2 587 123,76</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)

Na tabela 2 apresentam-se os principais números relativos ao valor e gestão do FEFSS nos últimos anos.

<sup>1</sup> Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 268 426,30€.

<sup>2</sup> Dos quais 17 378 513 065,20€ da carteira do FEFSS, 44 650 439,45€ da carteira do FCR e 255 553 629,69€ da carteira do FCT.

Durante o ano 2018, manteve-se uma gestão autónoma da carteira de dívida pública portuguesa, decisão tomada em 2011 e que se tem mantido durante a vigência da Portaria n.º 216-A/2013, de 2 de julho. A restante parte da carteira (excluindo imobiliário e reserva estratégica) é gerida tendo por referência a maximização do respetivo índice de *Sharpe*, isto é, da relação risco/retorno. Periodicamente são efetuados rebalanceamentos a esta carteira e tomadas decisões de desvios táticos: desvios temporários aos rebalanceamentos periódicos que originaram, em 2018, um *excess return* de +0,17%.

No final do ano 2018, o valor do FEFSS equivalia a 133,3% do montante de gastos anuais com pensões<sup>3</sup>. O valor do FEFSS em proporção do Produto Interno Bruto Português atingiu os 8,6%<sup>4</sup>.

A gestão dos ativos permitiu, desde a constituição do FEFSS e até 31.12.2018, acrescentar ao valor resultante de transferências acumuladas, o montante de 7 722 milhões euros. Este valor acrescentado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 4,59% desde o início.

TABELA 2 | VALOR E GESTÃO DO FEFSS

	Resultados	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Valor do FEFSS	Gasto Anual com Pensões	133,29%	133,59%	120,70%	119,91%	114,80%	108,08%
	Proporção do PIB	8,62%	8,16%	7,70%	7,93%	7,74%	7,05%
	Transferências Recebidas (€)	1 624 618 666,99	260 013 922,96	227 482 296,31	115 595 610,16	79 626 281,68	3 433 812,79
	Transferências Recebidas Acumuladas (€)	9 656 366 461,56	8 031 747 794,57	7 771 733 871,61	7 544 251 575,30	7 428 655 965,14	7 349 029 683,46
	Valor Acrescentado desde Início (€)	7 722 146 603,64	7 736 387 713,06	6 474 457 837,59	6 555 402 747,99	6 075 298 220,62	4 349 973 886,96
	Rentabilidade Nominal Desde a Constituição	4,59%	4,92%	4,65%	5,05%	5,17%	4,38%
Gestão do FEFSS	Retorno Nominal Médio Anual no Último Triénio	2,63%	3,90%	5,67%	8,28%	14,76%	5,62%
	Variação Anual face ao Benchmark da Tutela (funding ratio) <sup>a)</sup>	-1,13%	0,99%	-2,83%	1,62%	0,24%	-1,83%
	Excess Return Anual face a Benchmark Interno	0,17%	-0,17%	-0,25%	0,18%	0,21%	0,16%
	Rentabilidade Líquida	-0,09%	8,86%	-0,57%	3,56%	14,74%	6,86%
	Volatilidade Anualizada	2,46%	2,29%	4,81%	5,24%	3,73%	4,43%
	Montante Médio sob Gestão (MMG) (€)	15 877 387 041,96	14 599 958 550,05	13 930 223 264,21	13 919 292 060,66	12 525 998 930,29	11 292 699 865,31
	Custos de Gestão, Transação e Custódia / MMG	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,03%	0,04%

a) A implementação da política de gestão estratégica com o objetivo *funding ratio* foi iniciada em 24.07.2009 face ao EFFAS Portugal. Desde janeiro de 2012 faz-se contra o Benchmark aprovado pelo Ministro da Tutela em dezembro de 2011.

## Regime Público de Capitalização / Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)

Em 31.12.2018 o regime contava com 8 482 aderentes, mais 863 do que em 31.12.2017, o que representa um acréscimo de cerca de 11%.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) destina-se à concretização dos objetivos do Regime Público de Capitalização, um mecanismo de fomento à poupança, com gestão pública, destinado ao momento em que os cidadãos passem à condição de pensionistas e de aposen-

<sup>3</sup> Dados provisórios fornecidos pelo ISS-CNP em Mar-19 referentes a 2018

<sup>4</sup> Dados divulgados pelo INE referentes a 2018 (Base 2011) - preços correntes

tados por velhice ou por incapacidade absoluta e permanente. Com a adesão ao Regime Público de Capitalização os aderentes formam direitos complementares à sua pensão de reforma e de aposentação por velhice ou, nos termos previstos na lei, à sua pensão de invalidez absoluta, direitos esses que estão diretamente relacionados com os montantes acumulados na respetiva conta individual.

Em 31 de dezembro de 2018 existiam 32 188 798,19705 unidades de participação, distribuídas pelos diversos subscritores de acordo com a sua participação mensal, com um valor unitário de 1,38714€. O valor médio dos CR em 2018 foi de 1,40971€.

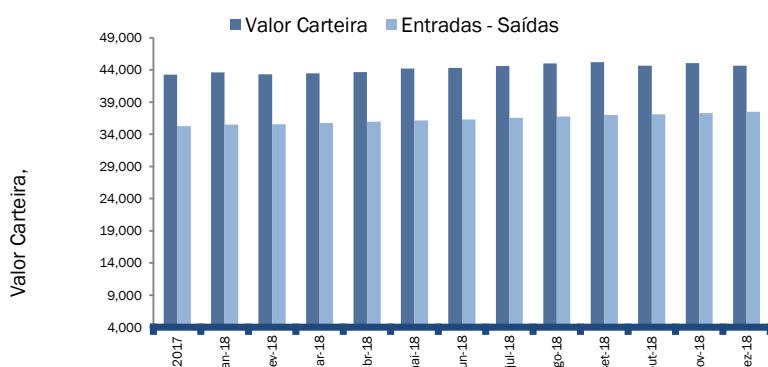
A rentabilidade do FCR-A em 2018 foi de -1,88%. Esta medida, que compara o valor unitário dos Certificados de Reforma no final do ano com o do início do ano, porém, não reflete corretamente o mecanismo de funcionamento do Regime Público de Capitalização, que se caracteriza por contribuições mensais constantes. Neste sentido, o aderente que tenha mantido um montante constante de entregas durante os últimos 12 meses, isto é, entre janeiro e dezembro de 2018, obteve uma variação do seu património de -3,12%.

Esta variação anual negativa contrasta, contudo, com a performance do fundo desde a sua constituição. Com efeito, o aderente que tenha mantido um montante mensal constante de entregas desde o início do Regime Público de Capitalização, isto é, desde abril de 2008, acumulava, em 31.12.2018, uma valorização média anual de +2,49%.

O FCR-A foi criado em abril de 2008 com um montante inicial de subscrições de 328 891,63 euros. A média mensal de subscrições líquidas durante o ano 2018 ascendeu 186 337,34 euros, totalizando 2 236 048,10 euros. Este valor adicionado às subscrições líquidas dos anos anteriores corresponde a 37 514 407,91 euros.

A carteira do FCR-A ascendia, em 31.12.2018, a 44 650 439,45 €.

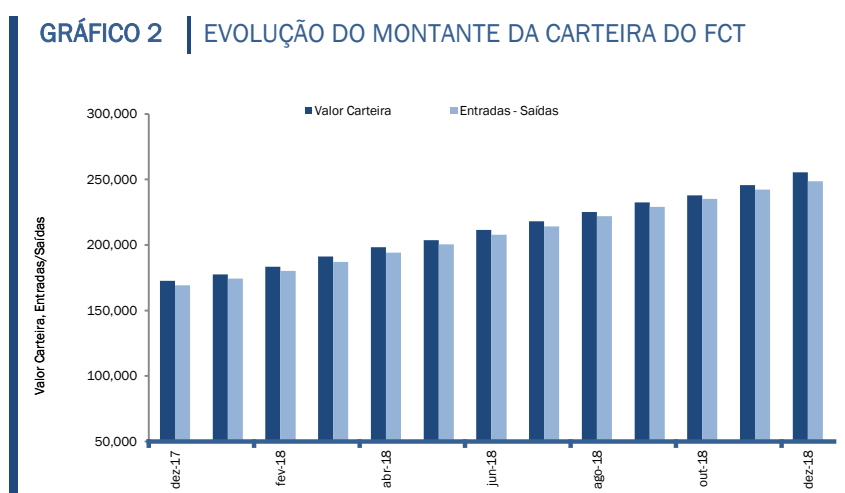
**GRÁFICO 1** | EVOLUÇÃO DO MONTANTE DA CARTEIRA DO FCR-A



## Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho de duração superior a 60 dias reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

As adesões ao FCT iniciaram-se a 14 de outubro de 2013 e o fundo tem vindo a registar um crescimento muito significativo.



Deste modo, em 31 de dezembro de 2018, o valor do fundo ascendia a 255 553 629,69 €, crescendo mais de 48% face ao valor de 2017 (172 643 229,21€), reflexo do crescimento contínuo do número de contratos de trabalho abrangidos (1 725 331 em 2018, contra os 1 447 074 registados em 2017, um crescimento de 19%)<sup>5</sup> e de um aumento de cerca de 12% no valor médio pago, por contrato, por mês (6,19€ face aos 5,51€ verificado em 2017)<sup>6</sup>.

O valor das unidades de participação do FCT era, em 31.12.2018, de 1,06667€, contrastando com os 1,05195€ de 2017, correspondendo a uma valorização média anual de 1,40%.

Desde a criação do fundo, a valorização média anual das unidades de participação é de 1,38%.

<sup>5</sup> Número acumulado de contratos registados, líquidos de contratos cessados, em cada ano.

<sup>6</sup> Valores médios determinados pelo quociente entre os valores a pagar pelos empregadores (128 090 463€ referentes a 2018 e 95 716 798€ a 2017) e o número de contratos registados, líquidos de contratos cessados.

# Instituto de Gestão de Fundos, IP

## Enquadramento Legal

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto, tutelado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O IGFCSS,IP tem como atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização, no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciários, a administração do Regime Público de Capitalização e a gestão em regime de capitalização dos fundos que lhe estão subjacentes e, nos termos do disposto na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, a administração e a gestão do Fundo de Compensação do Trabalho.

Complementarmente, o Instituto pode prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou de apoio técnico decorrentes da sua experiência de atividade e da informação económico-financeira de que dispõe.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto, o património do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) é distinto do Património do IGFCSS, IP, embora aquele esteja integrado neste (n.ºs 3 e 4 do art.º 1º do Decreto-Lei 203/2012). Por conseguinte são elaborados conta e orçamento específicos para o IGFCSS,IP e para o FEFSS.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) é um património autónomo destinado à concretização dos objetivos do regime público de capitalização e, como tal, único responsável pelo cumprimento das obrigações dele decorrentes, de acordo com o n.º 2, art.º 1 do Regulamento de Gestão do FCR aprovado pela Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro (ver relatório e contas do FCR).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e destina-se a assegurar o direito do trabalhador ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho (n.ºs 1 e 2 do art.º 3.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto).

## Missão, Visão e Valores

### Visão

Ser um organismo de elevado valor instrumental para o Estado.

## Missão

O Instituto tem como missão maximizar o valor dos ativos sob gestão, de acordo com as necessidades de longo prazo dos clientes.

## Valores

O IGFSS, IP pauta-se, na prossecução dos seus objetivos, por um conjunto de valores basilares de que os colaboradores do Instituto prestam provas diárias:

- ✓ **Responsabilidade pública:** “somos um instrumento do Estado”.
- ✓ **Eficiência:** “medir, gerir, criar valor”. Solução de investimento mais eficiente.
- ✓ **Resultados:** “fazer acontecer”.
- ✓ **Gestão do risco:** “É nisto que somos especiais!” Preservando a continuidade de negócio, gerimos o risco de mercado a partir de uma opinião própria que integra os horizontes de curto, médio e longo prazo.
- ✓ **Igualdade Género:** “Proseguimos em todos os atos a igualdade entre mulheres e homens, bem como a conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e pessoal”.

## Órgãos Sociais

**Conselho Diretivo**, cujo mandato se iniciou a 01.01.2014<sup>7</sup>

- ✓ Prof. Doutor Manuel Pedro da Cruz Baganha, *Presidente*
- ✓ Prof. Doutor Paulo Manuel de Moraes Francisco, *Vice-Presidente*
- ✓ Dra. Teresa Maria Silva Fernandes, *Voga*<sup>8</sup>

**Conselho Consultivo**<sup>9</sup>

- ✓ *Presidente:* Prof. Doutor Fernando Lopes Ribeiro Mendes
- ✓ Prof.ª Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral
- ✓ Dra. Teresa Maria Silva Fernandes, *em representação do IGFSS, IP*<sup>10</sup>
- ✓ Dr. António Pontes Correia, *em representação do IGCP, EPE*<sup>11</sup>
- ✓ Dr. Tiago Cunha, *em representação da CGTP-IN*
- ✓ Sr. Sérgio Alexandrino Monteiro do Monte, *em representação da UGT*

<sup>7</sup> Designados, respetivamente pelos Despachos do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social n.º 16712/2013, de 16/12; 16716/2013, de 16/12 e 16933-B/2013, de 20/12, publicados na 2.ª série do DR em 24/12 e 30/12.

<sup>8</sup> A Dra. Teresa Fernandes foi nomeada para o exercício do cargo de presidente do conselho diretivo do IGFSS, IP, em regime de substituição, tendo iniciado funções naquele organismo em 26.02.2018.

<sup>9</sup> Designado por Despacho da Secretária de Estado da Segurança Social n.º 7147/2017, de 03/08, publicado na 2.ª série do DR em 16 de agosto.

<sup>10</sup> Designado por Despacho da Secretária de Estado da Segurança Social n.º 9059/2018, de 13/09, publicado na 2.ª série do DR em 26 de setembro.

<sup>11</sup> Designado por Despacho da Secretária de Estado da Segurança Social n.º 9059/2018, de 13/09, publicado na 2.ª série do DR em 26 de setembro.



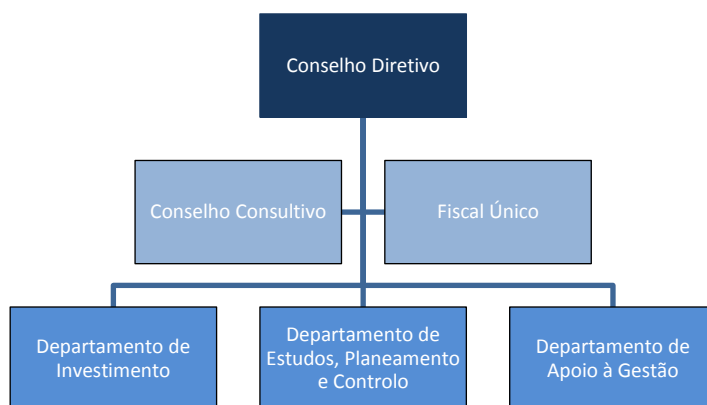
- ✓ Dra. Cristina Isabel Jubert de Nagy Morais, em representação da CAP
- ✓ Dra. Ana Vieira, em representação da CCP
- ✓ Dr. Rafael Campos Pereira, em representação da CIP
- ✓ Dr. Nuno Bernardo, em representação da CTP

#### Fiscal Único<sup>12</sup>

- ✓ Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados , SROC, Lda

## Organograma

IMAGEM 1 | ORGANOGRAMA DO IGFCS,IP



<sup>12</sup> Designado por Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 3378/2013, de 28 de janeiro, publicado na 2.ª série do DR em 4 de março.

# Enquadramento da Atividade em 2018

## Ambiente Macroeconómico

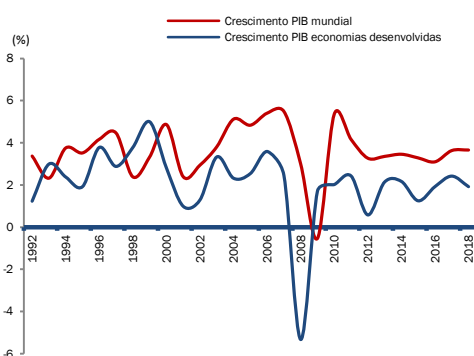
O ano de 2018 iniciou-se na continuidade do ambiente vivido no final do ano anterior, mantendo-se um clima de otimismo generalizado sobre o ritmo de atividade económica nas principais economias mundiais, alavancado por um crescimento global robusto, sentimento que se havia estendido, em 2017, à performance nos mercados financeiros, suportado por expectativas favoráveis para os principais ativos de risco e níveis de volatilidade historicamente baixos, num enquadramento de política monetária ainda amplamente expansionista.

No início de ano, os indicadores de atividade e de sentimento apresentavam-se em níveis historicamente elevados, tanto na perspetiva dos negócios como das famílias, sugerindo um prolongamento desta dinâmica positiva mau grado a subida da volatilidade a que se assistiu já no início de fevereiro.

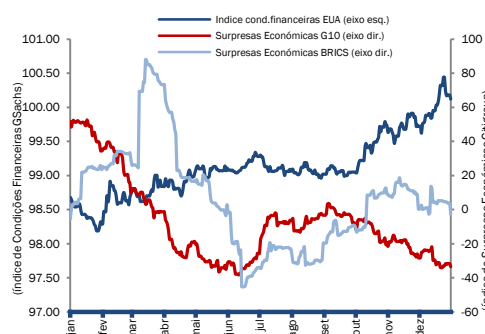
As economias desenvolvidas experimentavam um momento de ciclo muito favorável, favorecido pelo vigor do comércio internacional que conduzia o otimismo dos empresários dos setores industriais para níveis inéditos.

As ameaças ao crescimento delineavam-se contudo de forma clara, destacando-se os riscos políticos associados a uma possível escalada do protecionismo que pudesse deflagrar numa guerra comercial. Tal desenvolvimento assumia potencial para comprometer o padrão da recuperação económica em curso, assente no vigor do comércio internacional, e tendo em conta o movimento de recuperação económica global que ocorria de forma sincronizada.

**GRÁFICO 3** CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL



**GRÁFICO 4** ÍNDICE DE SURPRESAS ECONÓMICAS E CONDIÇÕES FINANCEIRAS



Efetivamente, o risco de alcance mais global, o de uma escalada de protecionismo comercial, manteve-se presente ao longo de todo do ano. O governo norte-americano adotou uma orientação mais agressiva ao nível da política externa, com medidas como a reintrodução de sanções económicas à Rússia e ao Irão ou a materialização da ameaça de aplicação de tarifas às

importações da China bem como de outros parceiros comerciais, como o México, o Canadá e a UE.

No primeiro semestre, os EUA anunciavam um aumento das taxas aduaneiras sobre importações provenientes da China, tendo posteriormente sido alargada a base de imposição desta medida, ativando ainda taxas sobre as importações de aço e alumínio com origem na UE, México e no Canadá. Embora o impacto direto de todas estas medidas não assuma uma importância elevada, afetando apenas 1,5% dos fluxos comerciais de bens a nível global, as consequências mais gravosas residiam no risco de uma escalada de tensão, com repercussões negativas ao nível da confiança dos agentes económicos e do apetite pelo risco nos mercados financeiros.

Efetivamente, após retaliações de vários países, entre os quais a Europa e a China, com um aumento recíproco das taxas aduaneiras sobre as importações dos EUA, o ambiente de tensão registou posteriormente algum desagravamento, traduzido na assinatura em novembro de um acordo de comércio livre entre os EUA, Canadá e México, após o abandono do NAFTA, assim como no estabelecimento, já em dezembro, de 90 dias de tréguas na relação dos EUA com a China para a prossecução de negociações. O ambiente de tensão manteve-se contudo latente, transportando para 2019 discussões críticas sobre temas como a propriedade intelectual, no âmbito das relações dos EUA com a China, e a possibilidade de introdução de novas taxas sobre importações chinesas ou ainda sobre o comércio automóvel entre os EUA e a Europa.

A presença destes vários riscos decorre de um ambiente financeiro global que se vai tornando progressivamente menos expansionista ao longo do ano, resultando num ambiente de maior volatilidade. Efetivamente, nos EUA, a persistência de um cenário macroeconómico vigoroso permitiu à Reserva Federal dos EUA reduzir a importância do estímulo monetário ao longo do ano. Também o BCE, apesar de se encontrar num momento de ciclo menos avançado, entendeu, em meados do ano, ter condições para anunciar o término do programa de compras líquidas de ativos em dezembro de 2018, mantendo ainda condições financeiras expansionistas ao manter taxas de juro de referência inalteradas, permanecendo ainda presente nos mercados através do reinvestimento do capital de ativos que vençam no seu balanço.

As economias emergentes enfrentaram assim um contexto de risco de crescente protecionismo comercial, acompanhado por uma redução da liquidez em dólares assim como por uma maior remuneração desta moeda, o que retira atratividade ao risco de exposição a economias menos avançadas, gerando-se uma retirada de fundos, mais intensa nos países que apresentam maiores fragilidades. Os momentos de subidas de taxas de juro norte-americanas vinham sendo contrapesados com o suporte que tal providenciava aos preços das matérias-primas coincidindo ainda com um período de fortes importações dos EUA. A conjuntura vigente em 2018 consistiu num estímulo dos EUA à procura interna, resultante de um maior protecionismo comercial e de mecanismos de expansão fiscal o que, por seu lado,

resulta numa pressão para taxas de juro mais elevadas, incentivando o regresso de capitais. O presidente chinês tem manifestado a intenção de implementar medidas de suporte ao consumo, a par com um reforço do suporte da política monetária, mantendo ainda uma postura aberta ao diálogo no que respeita a política comercial. Em consequência, nos mercados financeiros, o temor de uma onda protecionista global e de maiores tensões geopolíticas trouxe um aumento da aversão ao risco e desencadeou picos de volatilidade, com correções nos mercados acionistas, aumentos dos prémios de risco e desvalorizações das moedas emergentes.

Desta forma, o segundo semestre surge com um sentimento económico menos vigoroso, condições financeiras progressivamente menos expansionistas e uma subida do preço de petróleo, que representam novos fatores de contenção do crescimento. Efetivamente, na reta final do ano os dados económicos corroboravam a ideia de continuação de um crescimento robusto nos EUA, mas de riscos crescentes no caso da Zona Euro, que vê o comércio externo negativamente afetado pelo contexto global, enfrentando ainda riscos políticos internos severos e, naturalmente, no Reino Unido, perturbado pelos eventos emergentes e decisivos inerentes ao *Brexit*.

No que concerne as eleições intercalares nos EUA, o desenlace mostra-se alinhado com a expectativa, resultando numa recuperação por parte do Partido Democrata do controlo da Câmara dos Representantes, enquanto o partido Republicano retém uma maioria no Senado. Este desfecho teve implicações ao nível da fluidez do processo político, reintroduzindo-se um conjunto de *checks and balances* à governação, assim como ao nível fiscal, definindo-se algum risco no que respeita um novo levantamento do teto de dívida, assim como à adoção de medidas de alívio da interrupção de estímulos fiscais em 2020 (*fiscal cliff*), que carecem agora de um acordo bipartidário. Em termos concretos, assistiu-se no final de dezembro ao início de uma paralisação dos serviços federais, que haveria de ser a mais longa da história. Na base deste diferendo esteve a ausência de aprovação por parte dos democratas dos fundos necessários à construção do muro na fronteira com o México, uma promessa eleitoral do Presidente, que haveria, já no início de 2019, de iniciar uma batalha legal na tentativa de levar a cabo este projeto.

A Zona Euro manteve latentes, durante o ano, vários riscos políticos que transitam para 2019. A formação de um governo em Itália com partidos de cariz populista, e com um posicionamento muito crítico em relação à União Monetária, assume um elevado potencial desestabilizador não só dos mercados financeiros, mas também da evolução económica da Zona Euro. Num cenário de agudização da confrontação com as instituições europeias este risco pode assumir contornos sistémicos, afetando, no limite, a própria configuração da Zona Euro. Em Itália, as repercussões na confiança dos agentes económicos penalizam fortemente a evolução da procura interna, resultando numa recessão económica ligeira no segundo semestre. A Alemanha regista igualmente um momento económico muito frágil no segundo semestre, devido neste caso a fatores temporários como os novos padrões de emissões poluentes do setor automóvel. Em Espanha, a votação favorável de uma moção de censura ao

Governo de Mariano Rajoy após a condenação de vários membros do PP num caso de corrupção, resultou na formação do um novo Governo liderado por Pedro Sanchez do PSOE. A natureza minoritária deste governo, associada à dificuldade de algumas matérias políticas prementes, como a definição de um orçamento e o caso da Catalunha, resultaram, tal como se esperava, na marcação de eleições antecipadas já no início de 2019.



Na frente económica, assiste-se a um registo de moderação, sem perspetivas de pressões evidentes nos preços subjacentes, não obstante os vários anos de expansão desde a crise financeira, um cenário acentuado pela forte queda do preço do petróleo no último trimestre, resultante do regresso ao mercado de vários produtores que se encontravam afastados por razões diversas. A persistência desta descida não se encontra assegurada, tendo em conta uma possível reação por parte dos membros da OPEP, que procuram alguma concertação no sentido de proceder a cortes de produção que possam promover preços mais elevados. A volatilidade acentuada nos registos de mais elevada frequência do preço do petróleo enquadra-se contudo numa tendência estrutural de aumento de oferta resultante da produção de petróleo de xisto nos EUA que alterou a dinâmica da indústria, resultando numa redução da capacidade de influência da OPEP.

A aproximação ao final do ano fez-se num contexto de agravamento da volatilidade nos mercados financeiros, mediante a persistência de riscos para a evolução do comércio internacional, da pressão que se mantém nos mercados emergentes e dos vários riscos de origem política. Estes receios articulam-se ainda com a perspetiva de continuação de aperto da política monetária que resulte em condições financeiras penalizadoras do crescimento. Existem algumas notícias construtivas, como o aparente desagravamento do ambiente político entre o presidente dos EUA e o chefe de estado chinês, que mantêm o diálogo sobre as condições de comércio entre as duas potências. Contudo, continuam a pesar pela negativa os receios de uma deterioração do ambiente para o comércio internacional, riscos políticos internos à Zona Euro, o *Brexit*, assim como a manifestação de um conjunto de desafios idiossincráticos das economias emergentes.

## Atividade Económica e Preços

A economia portuguesa teve um desempenho bastante razoável, ainda que em desaceleração natural face ao ano anterior, crescendo ao ritmo de 2,1% em 2018. Este valor é ainda o segundo mais elevado desde 2007 (11 anos), bem acima do crescimento potencial. Em termos de medição relativa face ao que era esperado no início do ano, a expansão situa-se apenas 0,1 p.p. abaixo do que estava inscrito no OE-18, que previa valores em torno de 2,2%, sendo esse também o nível médio dos vários organismos internacionais. A economia cresce acima do ritmo médio da Zona Euro pelo segundo ano consecutivo. A região de referência expande 1,9% em 2018, acusando a desaceleração das exportações especialmente na Alemanha e a entrada em recessão técnica da Itália na segunda metade do ano. O resto dos países desacelerou de forma menos sensível e a economia espanhola, o principal parceiro comercial de Portugal, manteve ainda um vigor bastante interessante, crescendo 2,5%.

Olhando à desagregação na ótica da despesa verifica-se que o consumo privado se conservou como o principal *driver* de crescimento, com uma performance bastante estável ao longo do ano e mesmo face ao ano anterior. Os gastos das famílias cresceram 2,5%, em sintonia com a expansão verificada desde 2014. Para além da política de reposição de rendimentos às famílias e reformados e do aumento do salário mínimo, o consumo privado continua a ser conduzido por uma intensa redução da taxa de desemprego, que acompanhada de criação de emprego, aumentam os rendimentos nominais brutos e propiciam um aumento da confiança dos consumidores, com conseqüente maior propensão ao consumo. Uma das principais contribuições para o crescimento do consumo privado foi o consumo de bens discricionários, com um crescimento médio de 5,0%, enquanto a variação do consumo de serviços estabilizou em 2,4%. As vendas de automóveis na categoria de ligeiros de passageiros, já depois de subidas muito intensas em anos anteriores, expandem adicionalmente 2,8% face a 2017.

Os gastos públicos evidenciaram um crescimento um pouco superior ao do ano passado (0,8% vs. 0,2%), mantendo contudo um comportamento bastante contido, na linha do que seria expetável nos anos seguintes à conclusão do programa de assistência económico-financeira.

Continuando a crescer a um ritmo robusto, a formação bruta de capital fixo, expressou uma subida de 5,6%. Este ritmo é pouco mais de metade do registo de 2017 (9,2%), evidenciando igualmente as preocupações com o abrandamento na Zona Euro e o clima de incerteza provocado pelo *Brexit*. Apesar da recuperação a que se assiste nesta componente desde 2015, os níveis atuais mantêm-se abaixo, em termos reais, dos valores observados no 2T de 2011, antes da chegada da 'Troika'. Ao longo do ano, esse clima menos otimista foi sendo visível na redução gradual da confiança das empresas e no clima de negócios, sobretudo a partir da segunda metade do ano, ainda que os níveis atuais se mantenham em patamares bastante elevados do ponto de vista histórico e não muito distantes de máximos desde 2002 atingidos em finais do ano passado. A principal rubrica desta componente, a atividade de construção, abranda de um crescimento de 8,3% em 2017 para apenas 3,1% em 2018. Situação similar

ocorre com o equipamento de transporte (de 11,1% para 3,6%). O crescimento de maquinaria e equipamentos ascendeu a 6,7%, face a 14,5% observados no ano anterior.

Ao nível da procura externa líquida, constata-se o cenário de desaceleração sentido em toda a Europa, depois de um ano de 2017 particularmente forte. Apesar disso, conservam-se ainda registos interessantes de dinamismo no caso português, levando em linha de conta que os principais parceiros comerciais foram menos afetados em termos relativos pelo menor fulgor do comércio internacional do que a generalidade da economia europeia. Depois de uma expansão robusta de 7,8% em 2017, as exportações portuguesas cresceram 3,7% em 2018, beneficiando ainda da força da economia espanhola e de um quadro mais benéfico ao nível da economia angolana e brasileira. Já quanto ao turismo, evidencia-se já algum desgaste natural, espelhado num crescimento das exportações de serviços de 3,8% (face a 11,0% em 2017).

**TABELA 3** | PIB PORTUGAL POR COMPONENTES – ÓTICA DA DESPESA

Componentes PIB (Ótica da Despesa)	Estrutura PIB 2018	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2018	Média 2002- 2018
		2016	2017	2018	2018 Q1	2018 Q2	2018 Q3	2018 Q4		
Consumo Privado	65.0%	2,1	2,3	2,5	2,2	2,8	2,3	2,8	1,6 pp	0,6
Gastos Públicos	17.3%	0,6	-0,2	0,8	0,7	0,9	0,8	0,9	0,2 pp	0,3
FBCF	17.6%	1,6	9,2	5,6	6,3	4,8	4,2	7,2	1,0 pp	-1,9
Exportações	43.6%	4,1	8,1	3,7	4,9	7,0	2,9	0,0	1,7 pp	4,4
Importações	43.5%	4,1	8,1	4,9	5,6	7,5	3,4	3,2	-2,4 pp	2,8
<b>PIB Real</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,6</b>	<b>2,7</b>	<b>2,1</b>	<b>2,2</b>	<b>2,5</b>	<b>2,1</b>	<b>1,7</b>	<b>2,1</b>	<b>1,3</b>
Dif. Crescimento face à Zona Euro		-0,1	0,2	0,3	-0,2	0,2	0,5	0,5		-0,3

Fonte: Bloomberg, INE

As perspetivas para a economia portuguesa em 2019 apontam para a continuação de um movimento de desaceleração suave, projetando-se no início do ano crescimentos de 1,9% e 1,7% para 2019 e 2020, respetivamente. As condições económicas manter-se-ão favoráveis, tanto ao nível fiscal como em termos monetários. Estima-se, contudo, um menor ritmo de crescimento ao nível do consumo privado, fruto de um crescimento do emprego um pouco mais brando e de alguma aceleração na taxa de inflação. Por outro lado, o abrandamento económico previsto na atividade dos principais parceiros comerciais em 2019 trará um contributo nulo ou negativo da procura externa líquida.

Ao nível dos riscos para o próximo ano, os principais continuam a prender-se sobretudo com a evolução da situação externa. Merece destaque, a este respeito, o desenlace do *Brexit* e a política monetária futura do BCE, na medida em que podem afetar negativamente os gastos das empresas e das famílias. Outro risco percecionado decorre da envolvente financeira global que pode vir a degradar-se e regressar a um contexto de maior aversão ao risco, como o

que se verificou em alguns momentos durante o ano de 2018, sobretudo nos últimos dois meses do ano.

**TABELA 4** | PREVISÕES DE CRESCIMENTO DO PIB PARA PORTUGAL 2018/20

Organismos	2018	2019	2020
Min. Finanças - OE	2,3%	2,2%	-
Banco de Portugal	2,3%	1,9%	1,7%
FMI	2,3%	1,8%	1,5%
OECD	2,1%	2,1%	1,9%
Comissão Europeia	2,1%	1,7%	1,7%
Mediana Bloomberg	2,1%	1,8%	1,5%
<b>Média</b>	<b>2,2%</b>	<b>1,9%</b>	<b>1,7%</b>

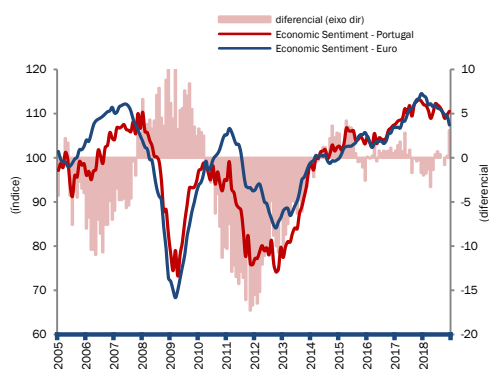
Mantendo a tendência descendente iniciada em 2013, a taxa de desemprego atingiria no decurso de 2018 o seu valor mais baixo desde agosto de 2002, alcançando 6,6% em setembro, antes de subir marginalmente para 6,7%, valor com que fecha o ano. Em termos médios, tal significa uma descida de 9,0% em 2017 para 7,0% em 2018. O diferencial da taxa de desemprego entre Portugal e a Zona Euro continuou negativo e o 'fosso' foi aumentando ao longo do ano. Entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018 saíram da situação de desemprego mais 65 mil pessoas, a que corresponde uma diminuição de 15,9%, um ritmo de contração não muito distinto do observado em anos anteriores. Verifica-se, contudo, a existência de uma certa estabilização quer ao nível da taxa de desemprego, quer dos trabalhadores desempregados, nos últimos meses do ano. Com estimativas de taxa de desemprego estrutural em torno de 7,3%, é provável que o espaço para descidas adicionais seja agora mais limitado. Quanto à criação de emprego verifica-se já algum abrandamento natural, com a população empregada a crescer cerca de 2,3% em média em 2018 face à média de 2017. O número de empregados em finais de 2018 totalizava 4 842 mil indivíduos, um valor só ultrapassado pelos níveis em finais de 2008, antes da crise de dívida soberana. Continua a ocorrer alguma quebra de produtividade, que se fica a dever, sobretudo, a uma forte criação de emprego em setores de trabalho-intensivo (designadamente no turismo).

No que diz respeito à inflação, ocorre em Portugal um movimento de desaceleração em 2018, que é contrário à ligeira aceleração ocorrida na Zona Euro. O valor médio de 1,2% compara com 1,6% em 2017, enquanto na região de referência, a inflação sobe de uma média de 1,5% para 1,8%. Este recuo na inflação portuguesa está indexado ao comportamento da inflação core que se situou em 0,8% no último ano (face a 1,2%) e à evolução dos preços de alimentação e bebidas (0,7% vs 1,5%). Apesar da continuação de um crescimento económico acima do potencial e do aumento geral dos salários, a inflação dos serviços desacelerou de 2,1% em 2017 para 1,7% em 2018, mantendo-se acima da inflação de bens (0,5% em 2018, depois de 0,9% em 2017). Dentro dos itens menos voláteis, destaque para a desaceleração da rubrica de 'catering & turismo' (de 4,9% para 3,2%), comunicações (de 2,6% para

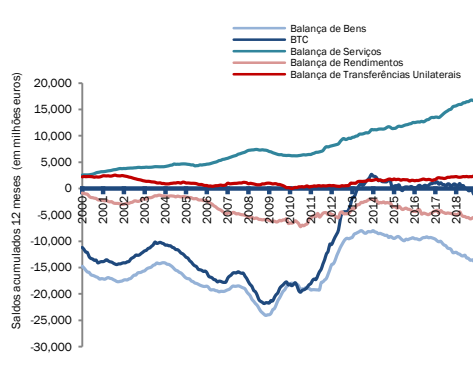


0,4%) e para a intensificação da queda dos preços de vestuário e calçado (de -2,3% para -3,4%). A continuação da melhoria da atividade económica ter-se-á refletido no preço da 'Habitação e Utilities' (de 0,6% para 2,2%) e nos bens e serviços de saúde (de 0,4% para 1,1%).

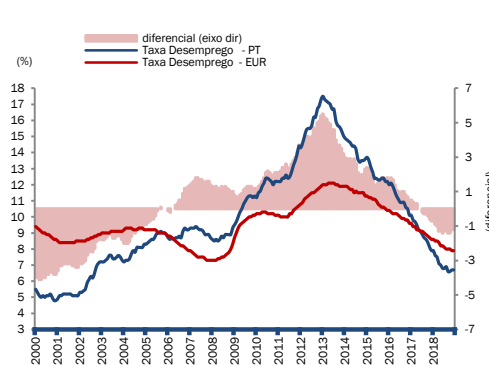
**GRÁFICO 7** | SENTIMENTO ECONÓMICO PORTUGAL VS ZONA EURO



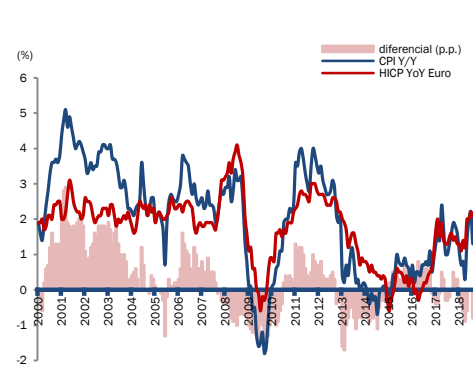
**GRÁFICO 8** | BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES DE PORTUGAL



**GRÁFICO 9** | TAXA DE DESEMPREGO



**GRÁFICO 10** | INFLAÇÃO HOMÓLOGA



# Contas do Exercício

## Situação Patrimonial

Nos termos do DL 203/2012, de 28 de agosto (diploma que aprova a lei orgânica do IGFCSS, IP):

- ✓ *O IGFCSS dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento de Estado e pelo Orçamento da Segurança Social para funcionamento, em contrapartida pelo serviço de administração e gestão dos fundos sob sua gestão (nº 1 do artigo 11º);*
- ✓ *O saldo das receitas referidas nos números anteriores [abarcando a totalidade das receitas do IGFCSS] verificado no final de cada ano transita automaticamente para o FEFSS, independentemente de quaisquer formalidades (nº 3 de artigo 11º).*

Da leitura destas duas normas resulta claro, desde logo, que todos os custos de funcionamento do IGFCSS,IP são financiados por verbas do orçamento de estado (OE) ou do orçamento da segurança social (OSS). Com efeito, todas as despesas que resultam da sua atividade são previamente enquadradas e balizadas por um orçamento anual, sujeito à aprovação da tutela, sendo o valor correspondente transferido do FEFSS. Não faz por isso qualquer sentido considerar que a sua exploração possa ser deficitária.

Por outro lado, todo o dinheiro que receba para financiamento da sua atividade (proveniente do OE, do OSS ou de qualquer outra fonte de financiamento, designadamente das verbas que lhe são pagas pelo Fundo dos Certificados de Reforma e pelo Fundo de Compensação do Trabalho) que não seja gasto no exercício é integrado no FEFSS. Resulta desta norma que, se por um lado a exploração não é deficitária, por outro lado, ela também não é superavitária.

Neste contexto pode concluir-se que, em contínuo, a situação patrimonial é naturalmente neutra.

Como forma de assegurar uma imagem fiel e verdadeira da situação patrimonial do IGFCSS,IP, evitando que a perspetiva temporal aplicada aos conceitos ligados à ótica patrimonial (custos e proveitos) decorrente da aplicação do princípio da especialização de exercícios os distancie dos conceitos ligados à ótica orçamental (despesas e receitas) que norteia o financiamento do Instituto, gerando temporariamente resultados (positivos ou negativos) que desviam a situação patrimonial do Instituto da posição neutra que deve assumir, procede-se, naquelas situações, ao acréscimo ou diferimento de proveitos e custos por contrapartida dos valores a transferir pelo FEFSS.

O procedimento assenta no princípio contabilístico da continuidade, tem em conta as normas que regem o financiamento da atividade do Instituto acima apresentadas e aplica-se, sem

exceção, a situações que a prazo são neutras do ponto de vista dos resultados. Em consequência da aplicação deste procedimento, o resultado líquido do Instituto em 2018 é nulo.

## Conta de Exploração

Os custos de administração correspondentes ao funcionamento do Instituto têm uma estrutura semelhante à de uma sociedade gestora de fundos, concentrando-se especialmente nos custos com pessoal e nos fornecimentos e serviços externos.

**TABELA 5 | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

	31.12.2018	31.12.2017
<b>Custos e Perdas</b>		
Fornecimentos e Serviços Externos	682 079,50	689 909,03
Custos com Pessoal	1 392 263,47	1 518 461,31
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	13 470,91	18 882,64
Provisões do Exercício	16 408,90	27 728,35
Custos e Perdas Financeiros	1 174,80	2 658,11
Custos e Perdas Extraordinários	10 021,93	24 275,24
	<b>2 115 419,51</b>	<b>2 281 914,68</b>
Transferências Concedidas	268 426,30	305 209,08
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Prestações de Serviços	87 513,54	197 532,65
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 160 000,00	2 252 956,90
Proveitos e Ganhos Financeiros	384,81	2 020,31
Proveitos e Ganhos Extraordinários	135 947,46	134 613,90
	<b>2 383 845,81</b>	<b>2 587 123,76</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os proveitos obtidos pelo IGFSS, IP em 2018 provieram, principalmente, de dotações atribuídas pelo orçamento da segurança social (OSS), através do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)<sup>13</sup>, da prestação do serviço de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)<sup>14</sup> e do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)<sup>15</sup>. As dotações atribuídas pelo OSS correspondem à imputação ao FEFSS dos custos de funcionamento e despesas de investimento do IGFSS, IP incorridas por este no ano económico.

De acordo com o estipulado no art.º 91, da Lei n.º4/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Segurança Social), os saldos de gerência do IGFSS, IP são transferidos para o FEFSS.

Excluída a devolução dos saldos de gerência de 2017 (268 426,30€) os custos de funcionamento do Instituto (2 115 419,51€) corresponderam a 0,013% do montante médio de fundos sob gestão durante o ano (16 117 300 432,23€) e concentram-se nas rubricas de custos com pessoal (65,8%) e fornecimentos de bens e serviços (32,2%). Destes, a maioria (78%)

<sup>13</sup> Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto.

<sup>14</sup> Conforme o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 30.º do Decreto-Lei 26/2008, de 22 de fevereiro.

<sup>15</sup> Conforme o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do regulamento n.º 390-B/2013, de 14 de outubro.

correspondem aos encargos com as instalações (183 495€) e ao custo dos terminais de informação financeira Bloomberg (348 910€).

Esta situação é característica da atividade de gestão de investimentos de fundos, particularmente assente em meios humanos e informacionais.

## Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 10º do Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto 'Os membros do conselho diretivo são equiparados, para efeitos remuneratórios, a gestor público'. Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 da RCM n.º 34/2012, de 7 de março, o IGFCCS,IP é classificado no grupo A. Os vencimentos correspondentes ao grupo A encontram-se concretizados na RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

No entanto, atento o princípio legalmente instituído que proíbe, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (cujos efeitos foram prolongados por força do disposto no decreto-lei de execução orçamental para 2017), qualquer valorização remuneratória, as remunerações que atualmente os membros do Conselho Diretivo auferem resultam do Despacho Conjunto n.º 199/2000, de 22 de fevereiro, com aplicação dos cortes remuneratórios entretanto aprovados, designadamente o resultante do disposto no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

No que respeita às remunerações do Conselho Consultivo, o n.º 4 do artigo 30º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, refere que os membros não são remunerados podendo ser abonadas ajudas de custo.

Relativamente à remuneração do Fiscal Único, esta encontra-se fixada no Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, de 28 de janeiro de 2013, em 17% do montante fixado para o vencimento base mensal ilíquido do respetivo presidente do órgão diretivo, após aplicação do corte previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. Tratando-se de uma prestação de serviços este montante é acrescido de IVA à taxa legal.

# Relatório de Autoavaliação

O presente capítulo visa corresponder ao previsto nos artigos 15º e 31º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro.

O QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidade para o ano de 2018 incluía os seguintes objetivos operacionais.

## EFICÁCIA

- ✓ OB 1 Criar Valor para a Segurança Social
- ✓ OB 2 Gestão prudente do FEFSS
- ✓ OB 3 Preservar valor dos fundos

## EFICIÊNCIA

- ✓ OB 4 Controlar custos de gestão do FEFSS
- ✓ OB 5 Otimização da estrutura
- ✓ OB 6 Tempos de resposta a Conselho de Gestão do FCT

## QUALIDADE

- ✓ OB 7 Cumprir a política de qualidade

TABELA 6 | OBJETIVOS DO QUAR 2018 – RESULTADOS

Objetivos	Não Atingidos	Atingidos	Superados
Eficácia	0		3
Eficiência		1	2
Qualidade			1

O objetivo ‘Criar valor para a Segurança Social’ é medido através do *excess return* da carteira do FEFSS sujeita a *benchmark*; este indicador foi superado uma vez que o retorno desta foi superior em 17 pontos base (0,17 pontos percentuais) ao da carteira resultante das decisões de rebalanceamento, ultrapassando mesmo o valor crítico que era 15 pontos base.

A carteira sujeita a *benchmark* tem como referência externa a carteira aprovada pelo Ministro da Tutela, então designado, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, a qual, fixada em dezembro de 2011, admite um valor máximo para a volatilidade. Para assegurar uma ‘Gestão prudente do FEFSS’ foi definido como indicador o ‘número de semanas com *tracking error* exponencial fora do limite’ cuja meta era 7 com uma tolerância de 1. Em 2018 o *tracking error* exponencial esteve fora do limite 0 semanas, pelo que o objetivo foi superado.

O objetivo ‘Preservar valor dos fundos’ integrava dois indicadores, cada um com um peso de 50%, referentes ao número de semanas com *tracking error* exponencial do Fundo dos Certificados de Reforma e Fundo de Compensação do Trabalho fora do limite. Em ambos os casos

não houve qualquer semana com o *tracking error* fora do limite, pelo que objetivo foi superado.

Para o objetivo '*Controlar Custos de Gestão do FEFSS*' definiu-se como indicador a percentagem dos custos de transação nas operações de compra e venda de ações, cuja meta era 0,025% com tolerância de 0,0025%. Tendo o indicador atingido o valor de 0,011%, o objetivo foi superado. Saliente-se que o indicador ultrapassou mesmo o valor crítico.

Para atingir o objetivo '*Otimização da Estrutura*', as despesas de funcionamento *per capita* do IGFCCS,IP não poderiam crescer mais 2,5% relativamente ao valor de 2017. Apesar das despesas terem diminuído de 1,80%, o objetivo não foi superado porque para tal era preciso que a redução fosse superior a 2,5%.

O objetivo '*Tempo de resposta a Conselho de Gestão do FCT*' incluía uma série de indicadores respeitantes a tarefas a desenvolver, no apoio ao Conselho, para os quais foram definidas metas. Como 95% das metas foram atingidas o objetivo foi superado.

O IGFCCS,IP é gerido numa ótica de processos, que são avaliados por uma bateria de indicadores, uns referentes aos processos de negócio, outros aos de suporte, sendo definidas metas para cada indicador. O indicador dos processos de negócio atingiu o valor de 68%, valor que excede o limite superior do intervalo de tolerância (65%) pelo que se considera superado. O indicador de processos de suporte atingiu o valor de 87,5% contra uma meta de superação de 85% considerando-se, assim, que o objetivo foi superado. O efeito conjunto destes dois indicadores, com um peso de 50% cada, é a métrica para avaliação do objetivo '*Cumprir a Política de Qualidade*'. Considera-se este objetivo como superado atendendo a que ambos os indicadores ultrapassaram a meta de superação.

## Atividades previstas e não previstas e resultados alcançados

O plano de atividades do IGFCCS, IP para 2018 incluía os seguintes projetos:

### ATIVIDADES CORRENTES

- i. Alocação estratégica do FEFSS, FCR-A e FCT
- ii. Gestão tática da carteira do FEFSS
- iii. Administração do Regime Público de Capitalização
- iv. Administração do FCT

### ATIVIDADES ESPECÍFICAS

- v. Contratação de Recursos Humanos
- vi. Contratação de novos serviços de custódia
- vii. Integração da contabilidade no SIF

- viii. Realização de auditoria interna e preparação do processo de renovação do certificado do sistema de gestão de qualidade ISO 9001
- ix. Procedimento concursal para aquisição de um sistema de gestão de ativos integrado
- x. Acompanhamento e análise do procedimento de participação do FEFSS no FNRE
- xi. Contribuir para a finalização das funcionalidades do FCT em falta
- xii. Desenvolvimento do processo tendente à aquisição de imóvel para a carteira do FEFSS e arrendamento ao ISS

#### **i. Alocação estratégica das carteiras do FEFSS, FCR-A e FCT**

Como mencionado nos relatórios de anos anteriores, em resultado da elevada volatilidade da dívida pública portuguesa, procedeu-se a alterações nas carteiras de referência estratégica dos fundos, das quais foi excluída a dívida pública portuguesa. No caso do FEFSS a carteira de referência foi aprovada pela Tutela em dezembro de 2011; para o FCR foi definida como carteira de referência o índice de dívida pública Alemã (1-10 anos) e para o FCT foi aprovada, pelo respetivo Conselho de Gestão, como carteira de referência um índice composto em 50% por dívida pública alemã e 50% pela taxa EONIA.

Mensalmente, a carteira de referência do FEFSS é avaliada através da maximização da rentabilidade por unidade de risco (índice de *Sharpe*) e o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, decide sobre o rebalanceamento da carteira originando um referencial interno sobre o qual decide desvios táticos. Em 2018 não se efetuou qualquer rebalanceamento.

Relativamente ao FCR, em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação ao índice de dívida pública alemã (1-10 anos) e avalia a possibilidade de rebalanceamentos. Em 2018 foi efetuado um rebalanceamento em março.

No que diz respeito ao FCT, em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação à carteira de referência. Em 2018 não foram efetuados quaisquer rebalanceamentos.

#### **ii. Gestão tática da carteira do FEFSS**

A atividade corrente de gestão da carteira do FEFSS centra-se na definição de desvios táticos, usualmente na 1ª e 3ª semana de cada mês, à carteira de referência estratégica descrita em i. O resultado destes desvios é aferido pelo *excess return* que foi de 0,17%.

#### **iii. Administração do Regime Público de Capitalização (RPC)**

O IGCSS,IP é responsável pela coordenação dos diversos organismos do Sistema de Segurança Social (Direção-Geral da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, Instituto da Segurança Social, IP e Instituto de Informática, IP) com vista ao normal funcionamento das relações do Sistema de Segurança Social com os aderentes ao RPC. Es-

tas relações incluem os processos de atendimento, adesão, renovação, suspensão, cessão, reporte de informação, cobrança de descontos, regularização e revogação de pagamentos, gestão do Fundo, atribuição de complementos, negociação de rendas, pagamento e controlo.

#### **iv. Administração do Fundo de Compensação do Trabalho**

O IGFCSS,IP é a entidade gestora do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei 70/2013, sendo responsável quer pela sua gestão quer por todo o trabalho de administração do fundo.

Durante o ano de 2018 o esforço incidiu, maioritariamente, na procura de respostas que, ultrapassando os constrangimentos do sistema informático, permitissem atender às solicitações das entidades empregadoras.

#### **v. Contratação de Recursos Humanos**

Na sequência de procedimentos concursais, realizados entre 2015 e 2017, o Instituto contratou cinco novos colaboradores que, contudo, não permitiram repor na área de negócio os trabalhadores que, desde 2011, saíram do Instituto. Esta lacuna tem impedido o alargamento dos investimentos, quer a novos mercados no âmbito da OCDE, quer a novos tipos de ativos, bem como o acompanhamento do mercado Chinês, cujos desenvolvimentos têm importantes repercussões nos mercados onde o IGFCSS investe.

Acresce que a responsabilidade pela Administração do FCT implicou um aumento substancial das responsabilidades do *back office*.

Na sequência das dificuldades sentidas com a contratação de técnicos com vínculo à administração pública, iniciou-se, em 2017, o processo com vista a obtenção de autorização do Ministro das Finanças para abrir procedimento concursal para a contratação de 6 técnicos superiores sem vínculo à administração pública. Esperava-se conseguir a autorização durante o ano de 2018, o que não ocorreu.

#### **vi. Contratação de novos serviços de custódia**

O IGFCSS tem vindo a procurar contratar, através de concurso público, novos serviços de custódia e liquidação de títulos, com o objetivo de melhoria daqueles serviços em termos de qualidade e abrangência dos serviços prestados.

Este processo tem sofrido vicissitudes várias, nomeadamente o encerramento, em 2016, do procedimento concursal sem que nenhum dos dois candidatos que apresentaram proposta fosse qualificado, porquanto não cumpriam os requisitos mínimos exigidos nas peças do procedimento. Posteriormente foram revistas as peças do procedimento com alteração dos requisitos mínimos na salvaguarda da qualidade dos serviços a adquirir e foi apresentada à tutela, no final de 2016, de proposta de portaria de extensão de encargos, por se tratar de



encargos plurianuais de montante anual superior a 100 000 euros, para o período entre segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2020.

Esta portaria, contudo, só veio a ser assinada em fevereiro de 2018, o que inviabilizou a abertura do concurso, uma vez não ser expectável o aparecimento de candidatos dado o prazo ser apenas de 18 meses.

#### **vii. Integração da contabilidade no SIF**

O Tribunal de Contas vem recomendando a integração da contabilidade do Instituto, e dos fundos geridos, na aplicação SIF-SAP.

Após a separação, em 2011, das entidades IGFCSS,IP e FEFSS iniciou-se o processo de parametrização da entidade Instituto. Contudo, a integração da contabilidade do Instituto no SIF significa a integração do FCR cujos registos contabilísticos, seguindo as regras da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, são efetuadas em contas à ordem da entidade gestora.

Como mencionado em relatórios de anos anteriores este processo tem sido lento em resultado das dificuldades no desenvolvimento do interface entre o sistema de gestão de ativos TRADER e o SIF-SAP e da insuficiência de recursos humanos na área da contabilidade, problema que começou a ser ultrapassado em 2016.

A contabilidade do FCT, que tem que ser articulada com todo o sistema dos fundos de compensação, foi programada para ser efetuada na aplicação SIF de forma a garantir consistência nas operações com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP e com o Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho.

Em 2017, foi decidido que esta integração deveria decorrer em sede dos sistemas a desenvolver no âmbito da implementação do SNC-AP, processo que se encontra atrasado. Durante o ano de 2018 o IGFCSS participou nos grupos de trabalho criados com o objetivo de proceder aquela implementação na Segurança Social.

#### **viii. Realização de auditoria interna e preparação do processo de renovação do certificado do sistema de gestão de qualidade**

As limitações, ainda não totalmente ultrapassadas, de recursos humanos impediram a formação de auditores internos necessários à implementação de um plano de auditorias.

#### **ix. Procedimento concursal para aquisição de um sistema de gestão de ativos integrado (front e back office e integração com a contabilidade).**

O sistema de gestão de ativos – TRADER – utilizado pelo IGFCCS,IP na gestão dos três fundos não permite o cálculo de rentabilidades de todas as classes de ativos nem a desagregação do *excess return* por classes do *benchmark* interno. Dadas as dificuldades que o fornecedor do sistema (Codeware) evidenciava, nos últimos anos, em desenvolver aquelas componentes foi decidido iniciar um processo de aquisição de um novo sistema integrado de gestão de ativos, para o que foram pedidos pareceres ao INA e AMA. Contudo, na fase final do ano verificaram-se significativos desenvolvimentos no sistema, o que recomendou uma reapreciação do processo no sentido atualizar o sistema existente. Saliente-se que uma mudança de sistema teria custos de substituição elevados, quer financeiros quer de aprendizagem, e que a decisão se baseava nas dificuldades de resposta do atual sistema.

**x. Acompanhamento e análise do procedimento de participação do FEFSS no FNRE (Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado)**

Durante o ano de 2018 foram analisadas diversas propostas de subfundos tendo sido dado um parecer de princípio positivo 3 subfundos em Lisboa (ImoMadalena, ImoDefesa e ImoCasaPia), e 3 noutras cidades (Aveiro, Viseu e Coimbra). Esta aprovação de princípio será confirmada quando do conhecimento do valor exato da avaliação dos imóveis que correspondem às entradas em espécie.

De acordo com informações da Fundiestamo o Regulamento do Fundo foi aprovado pela CMVM, embora ainda existam algumas questões pendentes.

**xi. Contribuir para a finalização das funcionalidades do FCT em falta**

Durante 2018, e apesar dos esforços do IGFCCS, não foi possível realizar melhorias significativas nas funcionalidades do sistema de apoio, e gestão, do FCT.

**xii. Desenvolvimento do processo tendente à aquisição de imóvel para a carteira do FEFSS e arrendamento ao ISS**

Durante o ano de 2018 iniciaram-se as obras de adaptação do edifício, e necessárias para a instalação dos serviços do ISS, e realizadas pela CGD Pensões nos termos previstos no contrato promessa, que não ficaram completamente terminadas durante o ano.

A escritura de compra e venda foi realizada em junho e, posteriormente, foi celebrado o contrato de arrendamento com o ISS.

Na segunda metade do mês de dezembro verificaram-se as primeiras transferências de serviços processo que, contudo, apenas estará terminado no final de março de 2019 com a abertura dos serviços de atendimento.

## Apreciação dos Utilizadores

Não foram realizados inquéritos de satisfação aos aderentes do regime público capitalização.

## Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>1 - Ambiente de Controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Manuais de procedimentos por processo
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Audidores internos com formação ISO 9001
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Aprovado Código de ética dos colaboradores
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Comités de Investimento, Estratégia e Qualidade
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Auditoria externa às contas do IGFCCS, I.P. do FEFSS, do FCR e do FCT realizada pela Grant Thornton
<b>2 - Estrutura Organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Portaria 640/2007, de 30 de maio, alterada pela Portaria 1329-D/2011, de 30 de dezembro
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Que percentagem de colaboradores frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Aplicação Intranet (registo de ações de formação)

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>3 - Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados no Serviço</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		Dada a dimensão do Instituto, o volume de compras recorrentes é pequeno pelo que não se justifica a elaboração de um plano detalhado. As restantes aquisições, quer de bens quer de serviços, são definidas anualmente quando da elaboração do orçamento
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Dado o carácter altamente especializado das funções não faz sentido rotação entre funções
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			No Manual de qualidade
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			No Manual de qualidade
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Comité da Qualidade
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Comité da Qualidade

4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Rede controlada pelo II,IP

## Ações ou projetos não executados, parcialmente executados ou com resultados insuficientes

No ponto, acima, sobre Atividades e Resultados Alcançados apresentam-se as justificações para os atrasos verificados em alguns dos projetos e menciona-se a intervenção de terceiros com contribuição relevante para a sua execução. Assim:

- A ‘Contratação de Novos Serviços de Custódia’ não foi possível porque da demora na aprovação da portaria de extensão de encargos resultava que o concurso apenas abrangeria metade do prazo inicialmente previsto, o que implicaria, dados os recursos necessários e o curto horizonte temporal, a inexistência de candidatas;
- Apesar de se ter iniciado o contrato de arrendamento com o ISS, referente ao edifício da Av. 5 de Outubro, na sequência da celebração da escritura de aquisição do imóvel, o processo ainda não ficou terminado dado ainda decorrerem as obras de adaptação;
- Não houve decisão do Ministério das Finanças sobre o pedido de abertura de concurso, externo à Administração Pública, para “Contratação de Recursos Humanos”;
- O processo de implementação do SNC-AP na Segurança Social sofreu atrasos vários, fruto da necessidade de contratação de serviços externos, através de concurso lançado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, para redefinição dos diversos processos;
- Inexistência de disponibilidade do Instituto de Informática para o desenvolvimento das funcionalidades ainda em falta, e melhoria das existentes, do FCT;
- A não estabilização dos imóveis que integrarão os diferentes sub-fundos, por alteração de decisões por parte dos participantes em espécie, impossibilitou a efetiva criação do FNRE.

## Comparação com o desempenho de serviços idênticos

O desempenho do IGFCCS, IP é aferido pela capacidade de acrescentar valor aos patrimónios que gere, para além da rentabilidade que o mercado em que pode investir proporciona.

Utilizando como referência a informação sobre Fundos Poupança Reforma e Fundos de Pensões Abertos, da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP), num conjunto de 56 fundos, o FCR encontra-se no top 20% em termos de rentabilidade.

A rentabilidade do FEFSS em 2018 foi marginalmente negativa enquanto, com uma única exceção todos aqueles fundos terem tido rentabilidades negativas.

No caso do FCT, a comparação deverá ser feita com os fundos de curto prazo. Das estatísticas da APFIPP constam 8 destes fundos todos com desempenho inferior ao do FCT.

### **Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço**

O IGFCCS,IP não realizou em 2017, inquéritos aos trabalhadores para avaliar o grau de satisfação e motivação dado nos anos anteriores não terem havido respostas.

No início de 2018 promoveu novo inquérito, utilizando o modelo proposto pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, não tendo sido obtida qualquer resposta.

# Balanço Social

## Quadro de Colaboradores

Os bons resultados de uma organização, em particular das que desenvolvem atividades intangíveis como a prestação de serviços financeiros, dependem em grande medida da qualificação, talento e motivação dos seus colaboradores.

Em 31.12.2018, o IGCSS, IP tinha ao seu serviço um quadro de 26 colaboradores, assim distribuídos por departamentos e categorias profissionais.

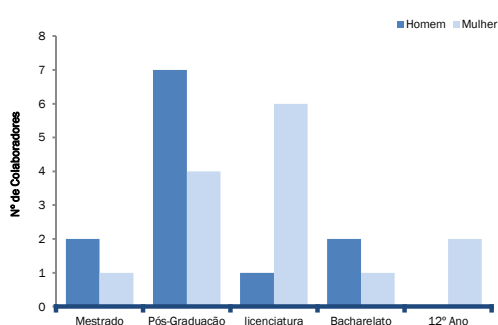
**TABELA 7 | QUADRO DE COLABORADORES**

	DI	DEPC	DAG	STAFF	TOTAL
Direção	1	1	1	0	3
Técnica	4	5	8	2	19
Administrativa	1	0	2	1	4
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>26</b>

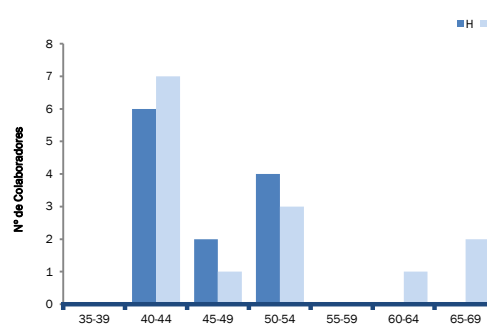
A especificidade e exigência técnica que decorre da atividade desenvolvida pelo IGCSS, IP reflete-se na qualificação académica de base dos seus colaboradores, complementada de forma contínua por formação especializada.

A estrutura etária dos colaboradores é adulta (idade média de 47 anos) sendo, em termos de género, 46% do género masculino e 54% do género feminino.

**GRÁFICO 11 | QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA**



**GRÁFICO 12 | DISTRIBUIÇÃO POR IDADE E GÉNERO**



## Formação

A atividade de gestão de ativos é marcada pela constante evolução e complexidade dos produtos e mercados financeiros, pelos métodos de gestão e investimento, pelo que a aposta na formação contínua e especializada dos seus quadros é uma preocupação constante e fundamental do IGCSS, IP.

**TABELA 8** | AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS EM 2018

	Dirigente	Técnico	Administrativo	Total	Nº Horas Médio Per Capita
Horas em Ações Internas	0:00	0:00	0:00	<b>0:00</b>	0:00
Horas em Ações Externas	133:00	49:00	12:00	<b>194:00</b>	7:46
<b>Total de Horas</b>	<b>133:00</b>	<b>49:00</b>	<b>12:00</b>	<b>194:00</b>	<b>7:46</b>

# Instituto de Gestão de Fundos, IP

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS**



Código das Contas	ACTIVO	Notas	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido 31-12-2018	Ativo Líquido 31-12-2017
	<b>Imobilizado:</b>					
	<b>Imobilizações Corpóreas:</b>					
423	Equipamento Básico	8.2.7	2 988,13	1 617,06	1 371,07	1 744,59
424	Equipamento de Transporte	8.2.7	75 593,16	75 593,16	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	8.2.7	1 768,74	552,74	1 216,00	1 658,19
426	Equipamento Administrativo	8.2.7	1 095 602,54	1 074 698,04	20 904,50	33 509,90
4291	Artigos e Objetos de Valor	8.2.7	19 248,75	0,00	19 248,75	19 248,75
4293	Outras Imobilizações Corpóreas	8.2.7	40 574,95	40 500,11	74,84	124,64
			1 235 776,27	1 192 961,11	42 815,16	56 286,07
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>					
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.1	2 622,24		2 622,24	2 622,24
26	Outros devedores	8.2.39.1	20 644,10		20 644,10	0,00
			23 266,34		23 266,34	2 622,24
	<b>Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:</b>					
12	Depósitos em instituições financeiras	8.2.39.2	1 054 428,57		1 054 428,57	801 444,26
11	Caixa	8.2.39.2	944,06		944,06	1 267,48
			1 055 372,63		1 055 372,63	802 711,74
	<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>					
271	Acréscimos de Proveitos	8.2.39.3	475 893,55		475 893,55	524 488,81
272	Custos Diferidos	8.2.39.3	12 156,46		12 156,46	25 203,76
			488 050,01		488 050,01	549 692,57
	<b>Total de Amortizações</b>			1 192 961,11		
	<b>Total de Provisões</b>					
	<b>Total do Ativo</b>		<b>2 802 465,25</b>	<b>1 192 961,11</b>	<b>1 609 504,14</b>	<b>1 411 312,62</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2018

IGFCS, IP | BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	31-12-2018	31-12-2017
	<b>Fundos Próprios:</b>			
57	Reservas			
577	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	8.2.32	389 063,19	389 063,19
59	Resultados Transitados	8.2.32	(389 063,19)	(389 063,19)
88	Resultado Líquido do Exercício	8.2.32	0,00	0,00
			0,00	0,00
	<b>Passivo:</b>			
29	Provisões para Riscos e Encargos	8.2.31	180 209,82	246 277,47
			180 209,82	246 277,47
	<b>Dívidas a Terceiros – Curto Prazo:</b>			
221	Fornecedores, C/C	8.2.39.4	384,58	62,13
24	Estado e Outros Entes Públicos	8.2.39.4	21 141,29	21 696,43
26	Outros Credores	8.2.39.4	1 034 231,34	781 015,33
			1 055 757,21	802 773,89
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
273	Acréscimos de Custos	8.2.39.5	318 565,51	280 771,45
274	Proveitos Diferidos	8.2.39.5	54 971,60	81 489,81
			373 537,11	362 261,26
	<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>		<b>1 609 504,14</b>	<b>1 411 312,62</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018.

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Notas	31-12-2018		31-12-2017	
62	Fornecimentos e serviços externos			682 079,50		689 909,03
641 + 642	Custos com o pessoal	8.1.5	1 130 756,61		1 229 437,57	
645/8	Remunerações					
	Encargos sociais:					
	Outros	8.1.5	261 506,86	1 392 263,47	289 023,74	1 518 461,31
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	8.2.2 e 8.2.39.2	268 426,30	268 426,30	305 209,08	305 209,08
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.2.7 e 8.2.8	13 470,91		18 882,64	
67	Provisões do exercício	8.2.31	16 408,90	29 879,81	27 728,35	46 610,99
	(A)			2 372 649,08		2 560 190,41
68	Custos e perdas financeiras	8.2.37	1 174,80	1 174,80	2 658,11	2 658,11
69	Custos e perdas extraordinários	8.2.38		2 373 823,88		2 562 848,52
	(C)			10 021,93		24 275,24
	(E)			2 383 845,81		2 587 123,76
88	Resultado líquido do exercício			2 383 845,81		2 587 123,76
	(G)			0,00		0,00
				2 383 845,81		2 587 123,76
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
71	Vendas					
	Prestações de Serviços	8.2.35	87 513,54	87 513,54	197 532,65	197 532,65
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	8.2.39.7	2 160 000,00	2 160 000,00	2 252 956,90	2 252 956,90
	(B)			2 247 513,54		2 450 489,55
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	8.2.37	384,81	384,81	2 020,31	2 020,31
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38		2 247 898,35		2 452 509,86
	(D)			135 947,46		134 613,90
	(F)			2 383 845,81		2 587 123,76
	<b>RESUMO:</b>					
	Resultados operacionais : (B)- (A) =		( 125 135,54)		( 109 700,86)	
	Resultados financeiros : (D-B)- (C-A) =		( 789,99)		( 637,80)	
	Resultados correntes : (D)- (C) =		( 125 925,53)		( 110 338,66)	
	Resultados antes de impostos : (F)- (E) =		0,00		0,00	
	Resultados líquido do exercício : (F)- (G) =		0,00		0,00	

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2018

Nota explicativa	Código			Recebimentos			
	Capº	Grupo	Artº				
	16	01		<b>Saldo gerência anterior</b>			
				Execução orçamental			
				De dotações orçamentais			
				De receitas próprias			
					245 209,08	245 209,08	
				Na posse do serviço - Depósitos à Ordem			
				Na posse do serviço - Depósitos a Prazo			
				Na posse do Tesouro			
				De receita do Estado			
				557 502,66	557 502,66		
				De operações de tesouraria			
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado			
				I - Total do saldo de Gerência na posse do serviço		802 711,74	<b>802 711,74</b>
				<b>Receitas</b>			
				Dotações orçamentais (OE)			
				<b>CORRENTES</b>			
	05	02		<b>Rendimentos de Propriedade</b>			
				<b>Juros - Sociedades Financeiras</b>			
				433,35	433,35		
			011	Depósitos à Ordem			
			2	433,35			
			011	Depósitos a Prazo			
			3				
	06	06	010	<b>Transferências Correntes</b>			
			5	2 160 000,00	2 160 000,00		
				Transferências Correntes - Administração			
	07	02		<b>Outros</b>			
			990	35 243,99	35 243,99		
			2				2 195 677,34
				<b>DE CAPITAL</b>			
	10	06	010	<b>Transferências de Capital</b>			
			3	40 000,00	40 000,00		40 000,00
				Receitas / Transferência p/ Capitalização			
	15	01	01	<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>			
				0,00	0,00		0,00
				Receitas próprias			
				Correntes			
				Capital			
				II - Total das receitas e dos fundos próprios			
				Total da receita do exercício I + II			<b>2 235 677,34</b>
				III - Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias			<b>3 038 389,08</b>
				IV - Total recebimentos Exercício I + II + III			<b>3 038 389,08</b>
				Importâncias Retidas p/ Entrega Est. ou Outras Entidades			
				Receita do Estado			
				320 270,16			
				Operações de tesouraria			
				985 287,32	1 305 557,48		1 305 557,48
				V - Total das retenções de fundos alheios			<b>4 343 946,56</b>
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado:			
				320 270,16			
				Operações de tesouraria:			
				378 261,07			
				<b>Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V</b>			<b>4 343 946,56</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018

Nota explicativa	Código			Pagamentos			
	Agrup.	Sub-Agrup.	Rubrica				
				<b>Despesas</b>			
				Despesas Orçamentais (OE)			
				Correntes			
	01	00		<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>1 391 793,04</b>		
		01		<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>1 129 933,12</b>		
			02	Órgãos Sociais	132 874,83		
			03	Pessoal dos Quadros – FP	605 343,58		
			11	Representação	94 370,14		
			12	Suplementos e Prémios	111 882,60		
			13	Subsídio de Refeição	43 794,04		
			14	Subsídio de Férias e de Natal	141 667,93		
	01	02		<b>Abonos Variáveis ou Eventuais</b>	<b>3 413,83</b>		
			04	Ajudas de Custo	588,15		
			12	Indemnizações	0,00		
			14	Outros Abonos em Numerário ou em Espécie	2 825,68		
	01	03		<b>Segurança Social</b>	<b>258 446,09</b>		
			01	Encargos com Saúde – ADSE	0,00		
			05	Contribuições para a Segurança Social	258 446,09		
			09	Seguros	0,00		
	02			<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>672 085,24</b>		
		01		<b>Aquisição de bens</b>	<b>13 734,23</b>		
			02	Combustíveis e Lubrificantes	4 226,56		
			04	Limpeza e higiene	817,52		
			08	Material de escritório	7 119,65		
			17	Ferramentas e utensílios	655,29		
			18	Livros e documentação técnica	346,86		
			21	Outros bens	568,35		
		02		<b>Aquisição de Serviços</b>	<b>658 351,01</b>		
			01	Encargos das instalações	42 460,81		
			02	Limpeza e higiene	15 726,66		
			03	Conservação de bens	9 442,72		
			04	Locação de Edifícios	122 476,51		
			09	Comunicações	2 929,96		
			12	Seguros	521,00		
			13	Deslocações e estadas	6 040,50		
			15	Formação	3 676,00		
			18	Vigilância e segurança	1 859,76		
			19	Assistência técnica	74 347,57		
			20	Trabalhos especializados	355 006,75		
			25	Outros Serviços	23 862,77		
	03			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>1 174,80</b>		
		05		<b>Outros Juros</b>			
			02	Outros		0,00	
		06		<b>Outros encargos financeiros</b>			
			0101	Serviços bancários	1 174,80		
	04			<b>Transferências Correntes</b>	<b>305 209,08</b>		
		06		<b>Segurança Social</b>			
			0002	Segurança Social	305 209,08		
	06			<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>1 500,00</b>	2 371 762,16	
	07			De Capital			
		01		<b>Aquisições de Bens de Capital</b>			
				<b>Aquisições de Bens de Capital – Investimento</b>	<b>0,00</b>		
			07	Equipamento informático	0,00		
			08	Software informático	0,00		
			09	Equipamento administrativo	0,00		
			15	Outros Investimentos	0,00	0,00	
	08			<b>Transferências de capital - administrações públicas</b>			
		06	0103	Transferências de capital		0,00	2 371 762,16
				II - Total de despesas por c/ receitas próprias			2 371 762,16
				Total despesas do exercício I + II			<b>2 371 762,16</b>
				III - Total entrega ao Tesouro em c/ receita própria			<b>0,00</b>
				IV - Total pagamento do exercício I + II + III			<b>2 371 762,16</b>
				Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades			
				Receita do Estado	320 270,16		916 811,77
				Operações de Tesouraria	596 541,61	916 811,77	916 811,77
				V - Total da Despesa de Fundos Alheios			<b>3 288 573,93</b>
				SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		169 124,26	
				Execução Orçamental			
				Dotações Orçamentais (OE)			
				De receitas próprias			
				Na Posse do Serviço	169 124,26		169 124,26
				Na Posse do Tesouro			
				De Receita do Estado			
				De Operações de Tesouraria	886 248,37		
				Descontos em Vencimentos e Salários:			886 248,37
				Receita do Estado			0,00
				VI - Total do Saldo Gerência na posse do serviço			<b>1 055 372,63</b>
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Retidos na fonte e considerados pagos:			
				De receita do Estado	320 270,16		
				De operações de tesouraria	378 816,19		
				<b>Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V + VI</b>			<b>4 343 946,56</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018



**IGFCSS, IP | CONTROLO ORÇAMENTAL RECEITA**

Classificação Económica			Previsões Corrigidas (3)	Receitas por Cobrar no Início do Ano (4)	Receitas Líquidas (5)	Receitas Anuladas (6)	Receitas Cobradas Brutas (7)	Reembolsos e Restituições		Receita Cobrada Líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)+(6)+(7)	Grau de Execução Orçamental (12)=(10)/(3)*100
Código (1)	POCISS	Descrição (2)						Emitidos (8)	Pagos (9)			
<b>05</b>		<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>5 000,00</b>		<b>433,35</b>	<b>0,00</b>	<b>433,35</b>			<b>433,35</b>	<b>0,00</b>	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	5 000,00		433,35	0,00	433,35			433,35	0,00	8,67%
<b>06</b>		<b>Transferências correntes</b>	<b>3 687 671,00</b>		<b>2 160 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 160 000,00</b>			<b>2 160 000,00</b>	<b>0,00</b>	
0606		Segurança Social										
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	3 687 671,00		2 160 000,00	0,00	2 160 000,00			2 160 000,00	0,00	58,57%
<b>07</b>		<b>Vendas de bens e serviços correntes</b>	<b>40 000,00</b>		<b>35 243,99</b>	<b>0,00</b>	<b>35 243,99</b>			<b>35 243,99</b>	<b>0,00</b>	
0702	712	Serviços	40 000,00		35 243,99	0,00	35 243,99			35 243,99	0,00	88,11%
<b>10</b>		<b>Transferências</b>	<b>125 000,00</b>		<b>40 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40 000,00</b>			<b>40 000,00</b>	<b>0,00</b>	
10060103	798311628	Segurança Social	125 000,00		40 000,00	0,00	40 000,00			40 000,00	0,00	32,00%
<b>15</b>		<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>500,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00%
16		Outras receitas de capital	305 209,08		305 209,08	0,00	305 209,08			305 209,08	0,00	100,00%
		<b>TOTAL</b>	<b>4 163 380,08</b>		<b>2 540 886,42</b>	<b>0,00</b>	<b>2 540 886,42</b>			<b>2 540 886,42</b>	<b>0,00</b>	<b>61,03%</b>

# Anexo às Demonstrações Financeiras

## Enquadramento jurídico e atividade

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (“IGFCSS”) foi criado através do Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro o qual aprovou os respetivos estatutos, tendo posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP.

Em 29 de maio foi publicado o Decreto-Lei 216/2007 que vem reformular a lei orgânica do IGFCSS assim como proceder à revisão dos respetivos estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 94.º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

Em 28 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei 203/2012 que vem alterar a lei orgânica do IGFCSS,IP.

O IGFCSS,IP tem como missão e atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, podendo prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou apoio técnico, decorrente da sua experiência de atividade e da informação económico financeira de que dispõe.

A sua atividade está sujeita a fiscalização pelo Tribunal de Contas.

No final de 2018 o IGFCSS,IP tinha sob gestão, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), o Fundo dos Certificados de Reforma (FCR), criado no âmbito do regime público de capitalização e o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O regime público de capitalização, regulado pelo Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, constitui um mecanismo de fomento à poupança com gestão pública, visando responder às necessidades dos cidadãos no momento em que passem à condição de pensionistas ou de aposentados por velhice ou invalidez.

Trata-se de um regime de capitalização de adesão individual e voluntária. Cada aderente dispõe de uma conta à qual são afetas as respetivas contribuições, convertendo-se em certificados de reforma. Estes valores integram um fundo autónomo gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS,IP.

O Fundo de Compensação do Trabalho foi criado em 14 de outubro de 2013, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei 70/2013 de 30 de agosto. Trata-se de um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo



366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

O Fundo de Compensação do Trabalho é alimentado por entregas mensais efetuadas pelo empregador correspondentes a 0,925% do valor do vencimento base e diuturnidades dos trabalhadores abrangidos. As entregas mensais são obrigatórias, salvo opção do empregador por adesão a Mecanismo Equivalente.

Estão abrangidos pelo regime jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho após o dia 01.10.2013, salvo nas situações previstas nos números 2 a 5 do artigo 2º da referida Lei.

De 2007 a 2010 foram apresentadas, em separado, as Demonstrações Financeiras do FEFSS, as quais foram elaboradas tomando por base os registos contabilísticos do próprio IGCSS.

O relatório 29/2010 do Tribunal de Contas veio clarificar a questão da separação dos patrimónios do IGCSS e do FEFSS. Com efeito, é entendimento inequívoco daquele órgão que face ao novo enquadramento normativo (DL 216/2007 vs. DL 449-A/99) deverá manter-se a apresentação de um orçamento e de uma conta autónoma relativa ao FEFSS, os quais integram, por si próprios o orçamento e a conta da Segurança Social.

De acordo com este entendimento, o Conselho Diretivo decidiu proceder à separação do orçamento e das contas do FEFSS a partir de 2011.

As operações relativas ao FCR são registadas em contas de ordem do IGCSS, IP, à semelhança do que sucede para as sociedades gestoras em relação aos fundos por elas administrados.

## Principais Indicadores dos Fundos sob Gestão

### FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

Os principais indicadores do FEFSS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

**TABELA 9 | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FEFSS**

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
<b>Reserva Estratégica <sup>a)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>3 374 817,00</b>	<b>0,02%</b>
<b>Rendimento Fixo <sup>b)</sup></b>	<b>11 782 534 866,26</b>	<b>67,80%</b>	<b>11 923 664 479,71</b>	<b>75,62%</b>
Europa ex-Reino Unido	10 398 378 983,38	59,83%	10 867 636 837,99	68,92%
EUA	1 099 333 135,40	6,33%	853 978 251,91	5,42%
Reino Unido	284 822 747,48	1,64%	202 049 389,81	1,28%
<b>Rendimento Variável <sup>b)</sup></b>	<b>2 632 328 399,49</b>	<b>15,15%</b>	<b>2 089 811 362,50</b>	<b>13,25%</b>
EUR ex-Portugal	161 861 822,09	0,93%	174 813 668,99	1,11%
Portugal	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Suiça	88 060 147,92	0,51%	66 465 849,32	0,42%
Reino Unido	219 772 557,50	1,26%	171 828 444,28	1,09%
Noruega	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Suécia	0,00	0,00%	0,00	0,00%
EUA	1 506 635 656,99	8,67%	1 162 111 339,22	7,37%
Canadá	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Japão	655 998 214,99	3,77%	514 592 060,69	3,26%
Austrália	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Imobiliário</b>	<b>107 798 396,04</b>	<b>3,77%</b>	<b>55 728 145,48</b>	<b>0,35%</b>
<b>Liquidez <sup>c)</sup></b>	<b>2 850 089 810,02</b>	<b>16,40%</b>	<b>1 675 802 371,48</b>	<b>10,63%</b>
<b>Provisões e Impostos a Receber</b>	<b>5 761 593,39</b>	<b>0,03%</b>	<b>19 754 331,46</b>	<b>0,13%</b>
<b>Total</b>	<b>17 378 513 065,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 768 135 507,63</b>	<b>100,00%</b>

Por memória:				
Dívida Pública Nacional <sup>d)</sup>	11 990 573 059,63	69,00%	11 422 428 390,86	72,44%
Futuros s/ obrigações (nocial)	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Futuros sobre ações (nocial)	146 518 768,63	0,84%	147 433 196,24	0,94%

Notas:

a) Inclui o valor nocial dos futuros e as valias potenciais de forwards

b) Inclui juros corridos e as valias potenciais de forwards

c) A percentagem correspondente a liquidez foi já deduzida dos depósitos em margens afectas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros

d) As emissões de Dívida Garantida mas Não Emitida pelas Administrações Públicas, os Bilhetes do Tesouro Nacional e os CEDIC fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Para determinação da melhor combinação entre o retorno esperado e risco estimado da parte da carteira não investida em dívida pública portuguesa foi aprovada, no final de 2011, pelo ministro da Tutela a seguinte carteira:

**TABELA 10 | COMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE MERCADO DA CARTEIRA DA TUTELA**

Classe de Ativos	Peso	Índice
Outra Dívida Pública	62,0%	Composição de mercado dos índices EFF para os mercados do Euro, Reino Unido e Estados Unidos
Ações OCDE	38,0%	Composição de Mercado dos índices Eurostoxx50, FTSE100, SMI20, SP500, TOPIX
Liquidez	0,0%	Bilhete do tesouro Alemão a 3 meses

## FCR – Fundo dos Certificados de Reforma

Os principais indicadores do FCR – Fundo dos Certificados de Reforma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser descritos como segue:

**TABELA 11** | FCR – VALOR DO FUNDO E DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

	Exercício	
	2018	2017
Contribuições Acumuladas em Ex <sup>os</sup> Anteriores Deduzidas Resgates	35 278 359,81	33 363 659,66
<b>Contribuições do Exercício Deduzidas de Resgates</b>	<b>2 236 048,10</b>	<b>1 914 700,17</b>
Numerário e Depósitos Bancários	1 569 953,55	1 722 439,61
Títulos Negociáveis	43 148 876,53	41 216 508,92
Devedores Gerais	88 066,52	473 359,89
Acréscimos e Diferimentos	(282,32)	(287,63)
Credores Gerais	(156 174,48)	(142 413,26)
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>44 650 439,80</b>	<b>43 269 607,53</b>
Número de Unidades de Participação	32 188 795,19705	30 603 976,58863
<b>Valor por Unidade de Participação</b>	<b>1,38714</b>	<b>1,41386</b>

**TABELA 12** | RENTABILIDADE E RISCO DO FCR EM 31.12.2018

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário dos Certificados de Reforma (€)				Valorização Média Anual <sup>a)</sup>			Rentabilidade	
	31-12-2018	Médio Út. 12 meses	Médio Út. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2018	Volatilidade Anualizada
44 650 439,45	1,38714	1,40971	1,38539	1,22694	-3,12%	0,15%	2,49%	-1,88%	2,60%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas mensais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

## FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

Os principais indicadores do FCT – Fundo de Compensação do Trabalho em 31 de dezembro de 2018 podem ser relatados como segue:

**TABELA 13** | RENTABILIDADE E RISCO DO FCT EM 31.12.2018

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário das unidades de participação do FCT (€)				Valorização Média Anual <sup>a)</sup>			Rentabilidade / Risco	
	31-12-2018	Médio Út. 12 meses	Médio Út. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2018	Volatilidade Anualizada
255 553 629,69	1,06667	1,05239	1,04064	1,03016	2,76%	1,67%	1,38%	1,40%	2,06%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas semanais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

# Notas às Contas

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”). As notas cuja numeração é omissa deste anexo não são aplicáveis ao IGCSS,IP ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

## 8.1 – Caracterização da Entidade

### 8.1.1 – Identificação

Designação	Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP)
Nº Identificação Fiscal	504 863 797
Endereço	Av. Fernão de Magalhães, 1862 3º Dto, 4350-158 Porto
Regime Financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, com natureza de instituto público
Tutela	Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

### 8.1.2 – Legislação

O Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro, criou o IGCSS, aprovou os respetivos estatutos, tendo, posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP. O Decreto-Lei 216/2007, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, alterou a lei orgânica assim como os estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Estatutos aprovados pela Portaria 640/2007 de 30 de maio e alterados pela Portaria 1329-D/2010 de 30 de dezembro.

A atual lei orgânica do MTSS foi publicada pelo Decreto-Lei nº 126/2011 de 29 de dezembro.

Em 28 de Agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei nº 203/2012 que determina a nova orgânica do IGCSS, IP.

### 8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

São órgãos do IGCSS, IP:

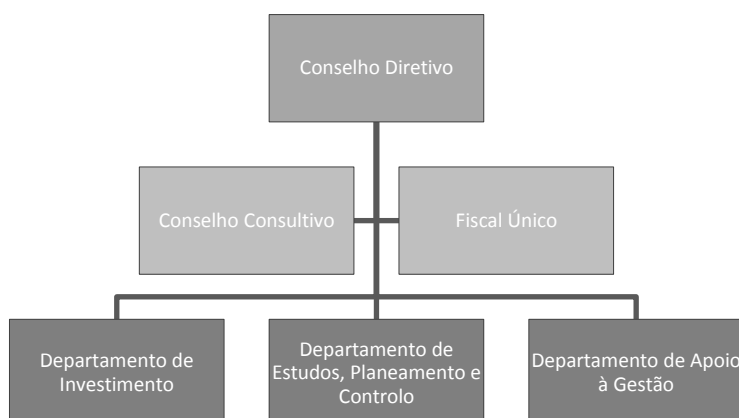
- ✓ O Conselho Diretivo, constituído por um presidente, um vice-presidente e um vogal;
- ✓ O Conselho Consultivo, constituído por dois representantes institucionais indicados, cada um deles, respetivamente, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e ainda, por um representante de cada um dos parceiros sociais que integram a Comissão Permanente de Concertação Social e por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira;
- ✓ O Fiscal único.

Em 22 de março de 2010 foi solicitada a nomeação do Fiscal Único nos termos do artigo 27º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, isto é, por Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e da Tutela, obrigatoriamente, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Pelo Despacho nº 3378/2013 de 4 de março de 2013, foi designado o fiscal único do IGFCS, a Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados, SROC, Lda, com o registo da CMVM nº 9171, representada pelo revisor oficial de contas Dra. Ana Raquel Borges Louro Esperança Sismeiro, por um período de cinco anos. Através do Despacho nº 7247/2018 de 31 de julho de 2018, é renovado novo mandato por um período de cinco anos.

O IGFCS, IP dispõe de um mapa de pessoal de 40 lugares (40 em 2017), aprovado por Despacho do SESS nos termos do disposto no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Organograma funcional do IGFCS, IP era o seguinte:



#### 8.1.4 – Descrição Sumária das Atribuições e das Atividades Prosseguidas no Exercício Económico

O IGFCS,IP tem por objeto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais. Em 2018, teve sob sua gestão o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o Fundo dos Certificados de Reforma e o Fundo de Compensação do Trabalho.

O IGFCS,IP tem ainda como uma das principais atribuições a administração do regime público de capitalização, criado pelo Decreto-Lei 26/2008 de 22 de fevereiro.

#### ATRIBUIÇÕES / ATIVIDADES

Gerir em regime de capitalização a carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e de outros Fundos e as disponibilidades financeiras que lhe sejam afetas.

Administrar o regime público de capitalização, incluindo a gestão, em regime de capitalização, dos fundos e dos planos de rendas que lhe são subjacentes.

Promover o planeamento, organização, direção e controlo nas áreas de gestão das carteiras de aplicações, análise de mercado e informações estatísticas.

Administrar o património imobiliário que lhe está afeto.

Colaborar e articular-se com outras instituições do sistema de segurança social.

Negociar e contratar com as instituições do sistema monetário e financeiro as aplicações pertinentes.

Realizar as transferências necessárias para assegurar a estabilização financeira da segurança social.

Colaborar e articular-se com os serviços do setor público administrativo.

Assessorar o membro do Governo responsável pela área de trabalho e da solidariedade social nas matérias relacionadas com as atribuições sobre a gestão em regime de capitalização.

Prestação a outras entidades públicas e privadas de serviços de gestão e de apoio técnico.

Gerir patrimónios autónomos suscetíveis de investimento no médio e longo prazo.

### 8.1.5 – Recursos Humanos

Durante o exercício de 2018, os responsáveis pelas unidades organizacionais do IGFCS,IP eram os seguintes:

UNIDADES ORGANIZACIONAIS	NOME DOS RESPONSÁVEIS
Conselho Diretivo	Manuel Baganha, Presidente Paulo Francisco, Vice-Presidente Teresa Fernandes, Vogal de 01/01/2018 a 25/02/2018)
Departamento de Investimento	Ana Abreu
Departamento de Apoio à Gestão	Pedro Andrade
Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo	José Vidraço

Em 31 de dezembro de 2018, o pessoal do quadro do IGFCCS,IP (incluindo membros do Conselho Diretivo) encontrava-se dividido da seguinte forma:

EFETIVOS POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA E O SEXO					
		Dirigente	Téc/Téc Superior	Adm/Assist. Técnico	Total
Total de Efetivos (*)	Homens	4	9	1	14
	Mulheres	1	10	3	14
	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>28</b>
Comissão de Serviço (LVCR), Dirigentes (*)	Homens	4			4
	Mulheres	1			1
	<b>Total</b>	<b>5</b>			<b>5</b>
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado, carreiras gerais	Homens		1		1
	Mulheres		3	2	5
	<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado, carreiras não revistas	Homens		8	1	9
	Mulheres		7	1	8
	<b>Total</b>		<b>15</b>	<b>2</b>	<b>17</b>

(\*) Inclui membros do Conselho Diretivo

Nos termos do Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, as carreiras nas quais se encontram integrados os trabalhadores do IGFCCS, com exceção dos trabalhadores que transitaram do quadro da função pública, continuam a reger-se pelas disposições normativas que lhes eram aplicáveis a 31.12.2008 e pelo Regulamento de Política de Pessoal e Tabela de Remunerações, aprovado pela tutela em 13.01.2000, tratando-se de carreiras subsistentes porquanto ainda não foram objeto de revisão ou de extinção.

VARIACÃO DO PESSOAL EM 2018			
Grupos Profissionais	Efetivos em 31.12.2017	Efetivos em 31.12.2018	Variacão dos Efetivos
Pessoal Dirigente (Comissão de Serviço) (*)	6	5	-17%
Técnicos Superiores (Carreiras Gerais)	6	4	-33%
Assistente Técnico (Carreiras Gerais)	2	2	0%
Assistente Operacional	0	0	0%
Outros - Carreiras não Revistas	17	17	0%

(\*) Inclui membros do Conselho Diretivo

### 8.1.6 – Organização Contabilística

Relativamente à organização contabilística do IGFCCS,IP durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a mesma pode ser descrita como segue:

ASPETOS PRINCIPAIS REFERENTES À ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	SIM	NÃO
Existência de um manual de procedimentos contabilísticos	✓	
Todos os registos estão apoiados em documentos justificativos, datados/ordenados numericamente	✓	
As operações são registadas cronologicamente	✓	
Os erros ou omissões são objeto de regularização contabilística	✓	
Existência de demonstrações financeiras intercalares		✓
Existência de descentralização contabilística		✓

O IGFCSS,IP está sujeito, no aspeto contabilístico, à disciplina do POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, conforme previsto no Decreto-Lei 12/2002 de 25 de janeiro.

Para despesas de pequeno montante e cujo pagamento tem de ser efetuado de imediato, foram constituídos Fundos Fixos do Porto e de Lisboa com os valores de 750 Euros e 350 Euros, respetivamente. Os Fundos Fixos são reconstituídos mensalmente, com base nas despesas efetuadas, até ao limite do valor da sua constituição. Para efeitos de encerramento de contas do IGFCSS,IP, os saldos dos Fundos Fixos são apurados para relevação contabilística dos mesmos na conta 'Caixa'.

Os valores das receitas provenientes das operações financeiras, relativos aos fundos geridos são depositados nos prazos habituais dos mercados financeiros (usualmente 2 ou 3 dias úteis após), pelo agente liquidador da venda, na conta bancária indicada pelo IGFCSS,IP.

Os registos e as conferências de títulos das carteiras do FEFSS, do FCR e do FCT são feitos diariamente. Esta conferência é feita pelo Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

Como a atividade desta Instituição obriga a uma permanente utilização dos seus fundos, é efetuada a conferência dos valores disponíveis, diariamente, nas contas bancárias afetas ao FEFSS, ao FCR e ao FCT. Esta conferência é efetuada pelos técnicos do Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

As compras do material necessário ao funcionamento dos serviços, são efetuadas em pequenas quantidades, dado o pouco significativo número de colaboradores, o que facilita, quer a contagem imediata das quantidades entradas, quer ainda a verificação do equipamento de fácil manuseamento, como por exemplo, máquinas de calcular e outros artigos de escritório.

As faturas recebidas são devidamente conferidas no que respeita às quantidades, aos preços unitários e globais, aos descontos de pagamento e ainda aos respetivos impostos. Os colaboradores adstritos ao Departamento de Apoio à Gestão, exercem as mais diversas funções, pelo que, dada a diminuta quantidade de faturas recebidas, também executam o seu registo.

O colaborador que elabora as folhas de vencimentos nunca é o mesmo que as confere e aprova.

Para a guarda de cheques e dinheiro existe um cofre.

É efetuada uma conferência mensal dos registos contabilísticos. As regularizações são suportadas por notas de lançamento.

As conciliações bancárias, das contas afetas ao pagamento de despesas de funcionamento do IGFCSS,IP, são efetuadas, mensalmente, contemplando a identificação dos cheques em trânsito.



A conferência das contas de terceiros é realizada mensalmente.

No que concerne ao material de consumo corrente, não existe inventário para as existências, uma vez que as quantidades adquiridas são tão pequenas que não se justifica a inventariação do *stock* dos materiais, sendo fácil o seu controlo.

O material de secretaria é conferido no ato de entrega.

### Breve descrição das principais características do sistema informático

O IGFCCS,IP utiliza atualmente, para suporte da sua área de contabilidade, um *software* específico: o GIN. Trata-se de uma aplicação cliente/servidor que se apoia numa base de dados Oracle e que se encontra perfeitamente integrada com o *software* de gestão de ativos Trader, fruto da parceria celebrada entre as duas *software houses*, fornecedoras daqueles *softwares*. As duas aplicações estão instaladas em infraestruturas de suporte distintas mas as respetivas bases de dados partilham a mesma instância de Oracle. Importa ainda referir que os lançamentos referentes às operações do FEFSS, do FCR e do FCT são gerados pelo Trader e posteriormente, integrados no GIN por processo automático.

Em maio de 2017 foi atualizada toda a infraestrutura informática física de suporte aos softwares de gestão de ativos e de contabilidade. Os ambientes produtivo e de testes, bem como a camada de *middleware* residem agora num cluster composto por 2 servidores, em máquinas virtuais implementadas com recurso à tecnologia Hiper-V da Microsoft.

### 8.1.7 – Outra Informação Considerada Relevante

Para além do acima exposto, entende-se como relevante para a caracterização da entidade, a seguinte informação adicional, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	SIM	NÃO
Existência de fundo fixo de caixa	✓	
A cobrança é depositada diariamente		N.A
O controlo de valores em caixa é efetuado com periodicidade diária	✓	
É efetuado o controlo sistemático de faturas recebidas	✓	
Há reconciliação bancária mensal	✓	
As contas de terceiros são examinadas periodicamente	✓	
Inventariação no final do exercício	✓	

## 8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

### 8.2.2 – Indicação e Comentário das Contas e da Demonstração dos Resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2017.

Nos termos do DL 203/2012, de 28 de agosto (que aprova a orgânica do IGCSS,IP), o financiamento dos custos de funcionamento do Instituto é assegurado por verbas do orçamento de estado ou pelo orçamento da segurança social, como contrapartida pela administração e gestão dos fundos que são colocados sob sua gestão. Esse financiamento é enquadrado por um orçamento anualmente aprovado pela Tutela e é consubstanciado por transferências do FEFSS. Deste modo, a sua exploração não pode ser nunca deficitária. Por outro lado, a obrigatoriedade de devolução anual, ao FEFSS, de todo e qualquer saldo gerado no exercício, faz com que aquela exploração também não possa ser superavitária.

Neste contexto, por forma a assegurar a neutralidade da situação patrimonial que resulta, em contínuo, das normas que regem o financiamento da atividade do IGCSS,IP, procedeu-se à anulação do acréscimo dos proveitos (no valor de 70.150,24€) resultante, essencialmente do ajustamento da provisão constituída no âmbito dos processos em Tribunal interpostos pelos colaboradores (notas 8.2.31 e 8.2.39.3), na situação inversa, procedeu-se ao acréscimo de custos (no valor de 42.199,08€) e ao diferimento de proveitos (no valor de 13.047,30€), ou seja, quando da especialização dos custos e proveitos resultam situações em que determinado custo já suportado se reporta a exercícios seguintes (nota 8.2.39.5) ou determinado proveito do exercício apenas se materializa em exercícios seguintes (nota 8.2.39.3).

Da execução deste procedimento no ano de 2018 resulta, tal como verificado em 2017, um resultado líquido do exercício nulo.

### 8.2.3 – Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do IGCSS,IP, mantidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”), e são apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos, da continuidade, da especialização do exercício, da consistência, da materialidade, da prudência, do custo histórico, da não compensação e da entidade contabilística definidos no POCISSSS.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho Diretivo, na reunião de 03 de abril de 2019.

Os principais critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando-se o processo de amortização no mês em que o investimento ocorre, e são contabilizadas por débito na demonstração dos resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 2/90 ou na Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 2000.

As taxas de amortização praticadas mais relevantes são as seguintes:

TAXAS DE AMORTIZAÇÃO	
Equipamento de Transporte	16,66% a 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% a 33,33%
Ferramentas e utensílios	25,00%
Artigos e Objetos de Valor	---
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% a 25,00%

Os valores de artigos e objetos de valor, fundamentalmente relativos a investimento em obras de arte, não são sujeitos a depreciação tendo em consideração as suas características intrínsecas (Nota 8.2.8).

b) Acréscimos e diferimentos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os montantes de custos e proveitos reconhecidos e não pagos ou recebidos são reconhecidos nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor à data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão integram os resultados correntes do exercício nas rubricas de Diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis.

d) Impostos

De acordo com as alíneas a) e d) do número 1 do artigo 9º do Código do IRC os rendimentos do IGFCCS,IP estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

A atividade financeira do IGFCSS,IP, de administração e gestão de fundos está isenta de IVA (Cfr. alínea g) do nº 27 do artº 9º do CIVA). As restantes atribuições do IGFCSS,IP, designadamente atividades de consultadoria e de apoio técnico, quando existam, estão sujeitos e não isentas de IVA na medida em que se subsumam ao conceito de prestações de serviços constante da regra geral prevista no nº1 do artº 4º do CIVA.

Adicionalmente, o IGFCSS,IP goza de isenção de imposto de selo de acordo com a a) do artº 6º do Código do Imposto de Selo, de IMI nos termos do artº 11º do CIMI e de IMT conforme alínea a) do artº 6º do CIMT.

e) Transferências de Capital

As transferências de capital, obtidas de outras entidades, foram registadas na rubrica de Proveitos diferidos, sendo reconhecido o proveito na Demonstração de Resultados de cada ano pelo montante das amortizações relativas aos bens adquiridos com recurso às referidas transferências.

Os subsídios atribuídos à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na Demonstração de Resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

A componente não utilizada dos subsídios recebidos no exercício para financiar despesas de capital, foi registada como proveito do exercício.

Em resumo, apresentam-se os quadros abaixo com os critérios valorimétricos aplicados nos exercícios de 2018 e 2017:

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2018

Rubricas do Balanço	Crítérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações Corpóreas		
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	1 371,07
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00
425 - Ferramentas e utensílios	Valor de aquisição	1 216,00
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	20 904,50
429 - Outras Imobilizações Corpóreas		
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	74,84

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2017

Rubricas do Balanço	Crítérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações Corpóreas		
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	1 744,59
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00
425 - Ferramentas e utensílios	Valor de aquisição	1 658,19
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	33 509,90
429 - Outras Imobilizações Corpóreas		
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	124,64

## 8.2.7 – Ativo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi como segue:

ATIVO BRUTO – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transf. & Abates	Saldo Final
Equipamento Básico	2 988,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2 988,13
Equipamento de Transporte	75 593,16	0,00	0,00	0,00	0,00	75 593,16
Ferramentas e utensílios	1 768,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1 768,74
Equipamento Administrativo	1 095 602,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1 095 602,54
Artigos e Objetos de Valor	19 248,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19 248,75
Outras Imobilizações Corpóreas	40 574,95	0,00	0,00	0,00	0,00	40 574,95
	<b>1 235 776,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 235 776,27</b>

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Alienações	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas				
Equipamento Básico	1 243,54	373,52	0,00	1 617,06
Ferramentas e utensílios	75 593,16	0,00	0,00	75 593,16
Equipamento de Transporte	110,55	442,19	0,00	552,74
Equipamento Administrativo	1 062 092,64	12 605,40	0,00	1 074 698,04
Outras Imobilizações Corpóreas	40 450,31	49,80	0,00	40 500,11
	<b>1 179 490,20</b>	<b>13 470,91</b>	<b>0,00</b>	<b>1 192 961,11</b>

a) As amortizações foram calculadas de acordo com a aplicação das taxas máximas permitidas

b) Nos bens adquiridos a partir de 2001 foi aplicada a Portaria 671/2000 de 17 de Abril

## 8.2.8 – Desagregação das Rúbricas do Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do ativo imobilizado pode ser detalhado como segue:

IMOBILIZADO							
Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortiz Exercício	Amortiz Acumuladas	Saldo Final
1991	2 316,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2 316,90	0,00
1992	1 678,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 678,17	0,00
1996	382,19	0,00	0,00	0,00	0,00	382,19	0,00
1999	9 289,23	0,00	0,00	0,00	0,00	9 289,23	0,00
2000	44 112,20	0,00	0,00	0,00	0,00	44 112,20	0,00
2001	29 185,58	0,00	0,00	0,00	0,00	29 185,58	0,00
2002	323 969,37	0,00	0,00	0,00	0,00	323 969,37	0,00
2003	134 768,35	0,00	0,00	0,00	0,00	115 519,60	19 248,75
2004	123 678,86	0,00	0,00	0,00	0,00	123 678,86	0,00
2005	101 989,84	0,00	0,00	0,00	0,00	101 989,84	0,00
2006	56 749,33	0,00	0,00	0,00	0,00	56 749,33	0,00
2007	47 008,73	0,00	0,00	0,00	0,00	47 008,73	0,00
2008	79 150,67	0,00	0,00	0,00	0,00	79 150,72	0,00
2009	111 381,75	0,00	0,00	0,00	0,00	111 381,74	0,00
2010	67 318,45	0,00	0,00	0,00	105,94	67 318,45	0,00
2011	16 870,65	0,00	0,00	0,00	0,00	16 870,65	0,00
2012	13 247,55	0,00	0,00	0,00	0,00	13 247,55	0,00
<b>A Transportar...</b>	<b>1 163 097,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105,94</b>	<b>1 143 849,12</b>	<b>19 248,75</b>

IMOBILIZADO (Continuação)

Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortiz Exercício	Amortiz Acumuladas	Saldo Final
<b>Transporte...</b>	<b>1 163 097,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105,94</b>	<b>1 143 849,12</b>	<b>19 248,75</b>
2013	12 063,20	0,00	0,00	0,00	175,18	11 622,72	440,48
2014	6 621,05	0,00	0,00	0,00	695,55	3 957,83	2 663,22
2015	22 035,12	0,00	0,00	0,00	4 742,01	17 591,23	4 443,89
2016	30 190,35	0,00	0,00	0,00	7 310,04	15 387,61	14 802,74
2017	1 768,74	0,00	0,00	0,00	442,19	552,74	1 216,00
	<b>1 235 776,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13 470,91</b>	<b>1 192 961,11</b>	<b>42 815,16</b>

ATIVO IMOBILIZADO

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Viat 94-14-QC	22 204,74	2000	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	22 204,74	0,00
Viat 45-73-XB	25 000,00	Mar-04	0,00	0,00	0,00	16,66%	0,00	25 000,00	0,00
Viat 51-92-ZI	28 388,42	Dez-04	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	28 388,42	0,00
Artigos de conforto	189,54	1991	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	189,54	0,00
Mobiliário	1 700,03	1991	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 700,03	0,00
Selo branco	265,99	1991	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	265,99	0,00
Mobiliário	1 587,12	1992	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 587,12	0,00
Mobiliário	245,05	1996	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	245,05	0,00
Equipamento administrativo	161,34	1991	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	161,34	0,00
Equipamento administrativo	91,05	1992	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	91,05	0,00
Equipamento administrativo	137,14	1996	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	137,14	0,00
Equipamento administrativo	400,16	1999	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	400,16	0,00
Central telefônica	3 342,06	1999	0,00	0,00	0,00	10,00%	0,00	3 342,06	0,00
Aparelhagem e máq.electrónicas	324,16	1999	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	324,16	0,00
Máq.escrever,calc.cont.fotocopiar	2 421,91	1999	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	2 421,91	0,00
Mobiliário	2 800,92	1999	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 800,92	0,00
Não especificadas	107,19	2000	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	107,19	0,00
Mobiliário	21 043,99	2000	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	21 043,99	0,00
Ferramentas e utensílios	756,28	2000	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	756,28	0,00
Central telefônica	14 134,34	Jun-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	14 134,34	0,00
Outro material,aparelhos,utensílios	355,99	Ago-01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	355,99	0,00
Telefones	1 122,85	Nov-01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 122,85	0,00
Blocos de gavetas	334,46	Fev-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	334,46	0,00
Secretárias	835,69	Fev-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	835,69	0,00
Cadeiras	238,49	Fev-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	238,49	0,00
Mesas	89,08	Nov-01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	89,08	0,00
Papeleiras	44,52	Nov-01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	44,52	0,00
Candeeiros, globos,lustres,profonier	98,44	Nov-01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	98,44	0,00
Armários	2 305,04	Jul-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 305,04	0,00
Cadeiras	1 430,13	Jul-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 430,13	0,00
Mesas	453,16	Jul-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	453,16	0,00
Secretárias	565,12	Jul-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	565,12	0,00
Calculadora	96,88	Abr-01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	96,88	0,00
Mesas	235,84	Jan-02	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	235,84	0,00
Secretárias	252,65	Jan-02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	252,65	0,00
Blocos de gavetas	378,16	Jan-02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	378,16	0,00
Blocos de gavetas	194,84	Abr-02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	194,84	0,00
Outro mobiliário	99,01	Fev-02	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	99,01	0,00
Armários	5 753,46	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 753,46	0,00
Blocos de gavetas	1 808,58	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 808,58	0,00
Blocos de gavetas	319,16	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	319,16	0,00
Blocos de gavetas	440,30	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	440,30	0,00
Cadeiras	9 624,14	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	9 624,14	0,00
Cadeiras	10 187,29	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	10 187,29	0,00
Cadeiras	919,08	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	919,08	0,00
Estantes	1 193,49	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 193,49	0,00
Mesas	6 412,31	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	6 412,31	0,00
Mesas	7 506,38	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	7 506,38	0,00
Mesas	141,37	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	141,37	0,00
Secretárias	5 616,39	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 616,39	0,00
Secretárias	5 147,19	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 147,19	0,00
Secretárias	877,69	Dez-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	877,69	0,00
Sofás	2 208,64	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 208,64	0,00
Sofás	1 766,91	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 766,91	0,00
Sofás	1 142,40	Out-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 142,40	0,00
Outro equip. e material escritório	1 877,15	Abr-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 877,15	0,00
Fotocopiadores	2 441,88	Set-03	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	2 441,88	0,00
Fax	793,00	Out-03	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	793,00	0,00
Fotocopiadores	4 157,98	Dez-04	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	4 157,98	0,00
Computadores	1 543,13	Dez-01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 543,13	0,00
<b>A Transportar...</b>	<b>206 308,70</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>206 308,70</b>	<b>0,00</b>

ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercido	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<b>Transportar...</b>	<b>206 909,70</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>206 909,70</b>	<b>0,00</b>
Router	5 087,84	Mai-01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 087,84	0,00
Outro equipamento informático	450,42	Mar-01	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	450,42	0,00
Unidades centrais de processamento	10 585,05	Out-02	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	10 585,05	0,00
Equipamento de Switching	3 034,70	Nov-02	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 034,70	0,00
Outro equipamento informático	590,06	Out-02	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	590,06	0,00
Software de aplicação	258 968,34	Out-02	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	258 968,34	0,00
Software de aplicação	49 630,72	Dez-02	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	49 630,72	0,00
Monitores	571,20	Jun-03	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	571,20	0,00
Scanners	230,00	Set-03	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	230,00	0,00
Outro equipamento informático	517,59	Mai-03	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	517,59	0,00
Software de aplicação	32 646,46	Abr-03	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	32 646,46	0,00
Software de aplicação	4 284,00	Dez-03	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	4 284,00	0,00
Computadores	5 930,96	Jul-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 930,96	0,00
Computadores	1 475,60	Nov-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 475,60	0,00
Computadores	1 486,31	Dez-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 486,31	0,00
Equipamento de rede	5 698,37	Jun-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 698,37	0,00
Impressoras	85,00	Set-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	85,00	0,00
Outro equipamento informático	410,49	Fev-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	410,49	0,00
Outro equipamento informático	388,62	Mai-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	388,62	0,00
Outros softwares	7 140,00	Abr-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	7 140,00	0,00
Outros softwares	714,00	Ago-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	714,00	0,00
Outros softwares	14 660,80	Ago-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	14 660,80	0,00
Outros softwares	1 135,26	Set-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 135,26	0,00
Outros softwares	13 994,40	Out-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	13 994,40	0,00
Outros softwares	13 012,65	Dez-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	13 012,65	0,00
Bastidores	4 236,21	Dez-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 236,21	0,00
Computadores	1 512,50	Set-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 512,50	0,00
Computadores	890,00	Out-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	890,00	0,00
Unidades centrais de processamento	3 194,02	Out-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 194,02	0,00
Unidades centrais de processamento	8 367,15	Nov-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	8 367,15	0,00
Equipamento de rede	4 013,64	Nov-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 013,64	0,00
Equipamento de Switching	6 000,39	Out-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 000,39	0,00
Unidades de Banda	19 893,65	Nov-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	19 893,65	0,00
Unidades de Disco	6 047,58	Nov-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 047,58	0,00
Software de aplicação	10 164,00	Nov-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	10 164,00	0,00
Software de aplicação	4 356,00	Dez-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	4 356,00	0,00
Equipamento de Switching	1 442,11	Jun-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 442,11	0,00
Software de gestão de rede	1 332,44	Mai-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 332,44	0,00
Outros softwares	7 140,00	Abr-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	7 140,00	0,00
Outros softwares	1 502,68	Jun-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 502,68	0,00
Outros softwares	1 680,01	Ago-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 680,01	0,00
Outros softwares	1 413,45	Set-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 413,45	0,00
Unidades centrais de processamento	2 870,83	Dez-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	2 870,83	0,00
Blocos de gavetas	187,28	Jun-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	187,28	0,00
Blocos de gavetas	190,43	Ago-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	190,43	0,00
Cadeiras	550,23	Jun-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	550,23	0,00
Secretarias	537,31	Jun-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	537,31	0,00
Secretarias	238,18	Nov-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	238,18	0,00
Outro mobiliário	78,18	Ago-05	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	78,18	0,00
Papeleiras	19,93	Ago-05	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	19,93	0,00
Outro mat., aparelhos, ut e inst.	14 131,64	Nov-05	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	14 131,64	0,00
Telefones	705,19	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	705,19	0,00
Outro material,aparelhos,utensilios	9 384,34	Abr-03	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	9 384,34	0,00
Outros artigos e utensilios	175,00	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	175,00	0,00
Equipamento frigorifico refrigeração	239,01	Out-03	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	239,01	0,00
Máquinas e aparelhos de cozinha	590,00	Out-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	590,00	0,00
Unidades centrais de processamento	4 541,13	Jun-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 541,13	0,00
Computadores	1 089,00	Jun-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 089,00	0,00
Computadores	7 744,00	Out-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	7 744,00	0,00
Computadores	968,00	Dez-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	968,00	0,00
Equipamento de rede	477,95	Mai-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	477,95	0,00
Equipamento de Switching	4 294,05	Mai-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 294,05	0,00
Impressoras	1 002,91	Abr-06	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	1 002,91	0,00
Impressoras	603,73	Jun-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	603,73	0,00
Impressoras	768,35	Out-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	768,35	0,00
Monitores	281,93	Jun-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	281,93	0,00
Monitores	242,00	Jul-06	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	242,00	0,00
Monitores	2 807,20	Out-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	2 807,20	0,00
Monitores	350,90	Dez-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	350,90	0,00
PC portáteis	10 886,37	Nov-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	10 886,37	0,00
Unidades de controlo	8 024,48	Ago-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	8 024,48	0,00
Unidades de controlo	968,00	Mai-07	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	968,00	0,00
Outro equipamento informático	160,93	Abr-06	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	160,93	0,00
Sistemas operativos	2 133,87	Mar-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	2 133,87	0,00
Sistemas operativos	1 388,79	Jul-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 388,79	0,00
<b>A Transportar...</b>	<b>800 855,51</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>800 855,51</b>	<b>0,00</b>

ATIVO IMOBILIZADO - Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<b>Transporta...</b>	<b>800 855,51</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>800 855,51</b>	<b>0,00</b>
Sistemas operativos	694,39	Nov-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	694,39	0,00
Equipamento de rede	729,18	Mar-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	729,18	0,00
Equipamento de rede	1 339,45	Nov-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 339,45	0,00
Equipamento de rede	508,20	Nov-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	508,20	0,00
Software de gestão de rede	83,76	Mar-06	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	83,76	0,00
Armários	1 675,85	Dez-06	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 675,85	0,00
Secretárias	237,00	Mar-06	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	237,00	0,00
Outras máquinas e aparelhos	914,76	Jul-06	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	914,76	0,00
Outro equipamento de utilização específica	1 833,15	Ago-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 833,15	0,00
Computadores	8 712,00	Abr-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	8 712,00	0,00
Computadores	3 085,50	Ago-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 085,50	0,00
Unidades centrais de processamento	15 651,35	Dez-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	15 651,35	0,00
Unidades de Disco	1 306,80	Dez-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 306,80	0,00
Monitores	344,00	Jan-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	344,00	0,00
Monitores	1 940,36	Abr-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 940,36	0,00
Monitores	820,38	Ago-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	820,38	0,00
PC portáteis	7 757,92	Dez-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	7 757,92	0,00
Outro equipamento informático	1 885,18	Jun-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 885,18	0,00
Sistemas operativos	1 920,27	Jan-07	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 920,27	0,00
Sistemas operativos	3 335,97	Mar-07	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 335,97	0,00
Máquinas e aparelhos de cozinha	249,00	Jun-07	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	249,00	0,00
Bastidores	6 843,60	Dez-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	6 843,60	0,00
Computadores	8 712,00	Fev-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	8 712,00	0,00
Equipamento de Switching	7 506,98	Dez-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	7 506,98	0,00
Impressoras	483,75	Mar-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	483,75	0,00
Impressoras	525,14	Abr-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	525,14	0,00
Impressoras	195,00	Mai-08	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	195,00	0,00
Monitores	1 936,00	Fev-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 936,00	0,00
Monitores	955,20	Set-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	955,20	0,00
Monitores	199,99	Nov-08	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	199,99	0,00
PC portáteis	1 563,60	Set-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 563,60	0,00
Projector de imagem de ecrã	670,00	Jul-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	670,00	0,00
Unidades centrais de processamento	14 436,24	Dez-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	14 436,24	0,00
Unidade de disco	2 080,00	Mai-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	2 080,00	0,00
Sistemas operativos	4 749,49	Mar-08	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	4 749,49	0,00
Software de aplicação	8 470,00	Jun-08	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	8 470,00	0,00
Software de aplicação	7 200,00	Dez-08	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	7 200,00	0,00
Software de rede	1 476,00	Ago-08	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 476,00	0,00
Blocos de gavetas	584,64	Dez-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	584,64	0,00
Cadeiras	2 279,64	Mar-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 279,64	0,00
Divisórias amovíveis	449,34	Out-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	449,34	0,00
Mesas	298,87	Mar-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	298,87	0,00
Secretárias	4 678,83	Mar-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	4 678,83	0,00
Secretárias	586,46	Dez-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	586,46	0,00
Outro mobiliário	229,90	Mar-08	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	229,90	0,00
Televisores	2 040,00	Jan-08	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	2 040,00	0,00
Bastidores	1 339,20	Jun-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 339,20	0,00
Computadores	16 954,53	Abr-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	16 954,53	0,00
Unidades centrais de processamento	5 261,25	Abr-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 261,25	0,00
Impressoras	1 155,60	Mar-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 155,60	0,00
Monitores	1 093,03	Ago-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 093,03	0,00
PC portáteis	6 851,82	Dez-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 851,82	0,00
Router	17 580,42	Mai-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	17 580,42	0,00
Sistemas operativos	1 446,96	Fev-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 446,96	0,00
Software de aplicação	5 011,68	Mar-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	5 011,68	0,00
Software de aplicação	11 532,00	Abr-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	11 532,00	0,00
Software de aplicação	528,00	Dez-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	528,00	0,00
Software de comunicações	3 913,92	Jun-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 913,92	0,00
Armários	1 053,60	Out-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 053,60	0,00
Cofres	381,60	Dez-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	381,60	0,00
Estantes	3 555,24	Jul-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	3 555,24	0,00
Estantes	15 598,81	Out-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	15 598,81	0,00
Estantes	5 378,04	Dez-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 378,04	0,00
Blocos de gavetas	215,38	Jan-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	215,38	0,00
Secretárias	226,10	Jan-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	226,10	0,00
Outras máquinas e aparelhos	1 932,97	Dez-09	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	1 932,97	0,00
Aparelhos de ar condicionado	6 784,80	Jun-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	6 784,80	0,00
Aparelhos de ar condicionado	2 086,80	Dez-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 086,80	0,00
Dispositivos de sinalização	1 500,00	Dez-09	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	1 500,00	0,00
Bastidores	2 542,56	Mai-10	0,00	0,00	0,00	12,50%	105,94	2 542,56	0,00
Computadores	4 757,20	Dez-10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 757,20	0,00
Monitores	1 002,40	Dez-10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 002,40	0,00
Impressoras	3 724,80	Fev-10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 724,80	0,00
Impressoras	3 689,82	Nov-10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 689,82	0,00
<b>A Transportar...</b>	<b>1 062 129,18</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>105,94</b>	<b>1 062 129,18</b>	<b>0,00</b>



ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<b>Transporte...</b>	<b>1 062 129,18</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>105,94</b>	<b>1 062 129,18</b>	<b>0,00</b>
Software de comunicações	29 577,12	Jun-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	29 577,12	0,00
Software de rede	13 276,43	Set-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	13 276,43	0,00
Outros softwares	900,00	Fev-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	900,00	0,00
Outros softwares	3 312,00	Mai-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 312,00	0,00
Outros softwares	4 307,60	Set-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	4 307,60	0,00
Outros softwares	228,52	Dez-10	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	228,52	0,00
Software de gestão de rede	3 279,88	Dez-11	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 279,88	0,00
Sistemas operativos	1 058,12	Abr-11	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 058,12	0,00
Software de base	12 532,65	Abr-11	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	12 532,65	0,00
Unidades de disco	6 034,97	Out-12	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 034,97	0,00
Sistemas operativos	908,58	Abr-12	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	908,58	0,00
Software de base	2 316,48	Jun-12	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	2 316,48	0,00
Outros softwares	3 758,69	Fev-12	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 758,69	0,00
Outros softwares	228,83	Mar-12	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	228,83	0,00
Computadores	4 582,68	Dez-13	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 582,68	0,00
Monitores	962,65	Dez-13	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	962,65	0,00
Sistemas operativos	1 581,25	Mai-13	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 581,25	0,00
Outros softwares	3 584,86	Jun-13	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 584,86	0,00
Equipamento frigorífico refrigeração	348,74	Jul-13	0,00	0,00	0,00	14,28%	49,80	273,93	74,81
Selos brancos e sinetas	1 003,02	Dez-13	0,00	0,00	0,00	12,50%	125,38	637,35	365,67
Central telefónica	976,51	Jun-14	0,00	0,00	0,00	12,50%	122,06	559,44	417,07
Outros softwares	1 056,64	Nov-14	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 056,64	0,00
Armários	4 587,90	Dez-14	0,00	0,00	0,00	12,50%	573,49	2 341,75	2 246,15
Computadores	15 686,19	Dez-15	0,00	0,00	0,00	25,00%	3 921,55	12 091,45	3 594,74
Impressoras	2 086,77	Jul-15	0,00	0,00	0,00	25,00%	521,70	1 825,95	260,82
Software de aplicação	3 103,14	Mar-15	0,00	0,00	0,00	33,33%	172,68	3 103,14	0,00
Software de comunicações	150,42	Dez-15	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	150,42	0,00
Central telefónica	1 008,60	Set-15	0,00	0,00	0,00	12,50%	126,08	420,27	588,33
Unidades centrais de processamento	16 985,48	Dez-16	0,00	0,00	0,00	25,00%	4 246,37	8 846,60	8 138,88
Unidades de disco	11 304,52	Dez-16	0,00	0,00	0,00	25,00%	2 826,13	5 887,77	5 416,75
Cadeiras	1 900,35	Abr-16	0,00	0,00	0,00	12,50%	237,54	653,24	1 247,11
Retentores portas corta-fogo	1 768,74	Out-17	0,00	0,00	0,00	25,00%	442,19	552,74	1 216,00
Quadro de Paulo Neves	2 100,00	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	2 100,00
Quadro de Alfredo Coelho	3 403,40	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	3 403,40
Quadro de Costa Leite	1 285,20	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	1 285,20
Quadro de Vasco Torres	3 534,30	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	3 534,30
Serigrafia de Resende	803,25	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	803,25
Serigrafia de Paulo Neves	642,60	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	642,60
Quadro de Francisco Geraldo	5 085,00	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	5 085,00
Cómoda de D.João V	1 500,00	Set-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	1 500,00
Travessa de porcelana da China	895,00	Out-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	895,00
<b>Total</b>	<b>1 235 776,27</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>13 470,91</b>	<b>1 192 961,11</b>	<b>42 815,16</b>

8.2.31 – Movimento Ocorrido no Exercício nas Contas de Provisões

PROVISÕES ACUMULADAS					
Contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
292	Provisões para riscos e encargos	246 277,47	16 408,90	82 476,55	180 209,82

Na sequência do relatório nº 29/2010 do Tribunal de Contas (processo nº 05/2009 – Audit), bem como do parecer nº 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, o Conselho Diretivo do IGFCSS,IP decidiu proceder à suspensão de algumas componentes remuneratórias que vinham sendo abonadas aos trabalhadores bem como solicitar a reposição de valores pagos indevidamente no passado.

Tendo em conta a interposição de processos judiciais pela maioria dos colaboradores, o Conselho Diretivo decidiu, em 2012, proceder à constituição de uma provisão para fazer face a

uma eventual decisão desfavorável, que leve à necessidade de proceder ao pagamento dos valores não pagos.

Na sequência do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo nº 1147/17, de 12.10.2018, relativo ao processo 292/13.5BEPRT, procedeu-se ao ajustamento da provisão constituída. Tendo resultado decisões diferentes para os trabalhadores conforme os contratos de trabalho tenham sido celebrados antes ou depois de 31.01.2003, foram relevados os ajustamentos à provisão autonomamente nas contas de resultados. Para os primeiros a provisão foi reforçada no montante correspondente às componentes remuneratórias suspensas em 2018. Para os admitidos após 31.01.2003 procedeu-se à anulação da provisão constituída.

O valor em dívida à data do fecho das contas ainda se encontra por apurar.

Na sequência de interposição de recurso à sentença proferida a 07.03.2013 pelo Tribunal do Trabalho de Cascais, no âmbito de um processo que opõe uma colaboradora ao Instituto, o referido Tribunal instou o IGFCSS,IP a prestar caução no valor de 60 000€, tendo sido devolvida em fevereiro de 2017.

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 09.07.2014 veio confirmar a sentença, alterando apenas o valor da indemnização por danos não patrimoniais dos 20 000€ decididos em 1ª instância, para 10 000€.

Após trânsito em julgado da respetiva sentença, a Autora apresentou ao IGFCSS,IP a sua proposta de liquidação do seu pedido pelo valor total de 80 700,35€, correspondente a:

- ✓ 13 980,35€, referentes ao diferencial entre o vencimento pago e o vencimento que auferia enquanto diretora, de Junho de 2007 inclusive, em diante;
- ✓ 56 720,00€, referentes ao diferencial entre o valor do subsídio de doença que lhe foi pago entre 2007 e 2011 e aquele que teria recebido se a base de incidência daquele subsídio fosse o seu vencimento enquanto diretora;
- ✓ 10 000,00€, relativos à indemnização por danos extrapatrimoniais.

Em Novembro de 2014, o IGFCSS,IP pagou o valor correspondente à indemnização por danos extrapatrimoniais e não aceitou a demais liquidação por sobre a mesma impenderem sérias dúvidas.

Nessa sequência, o IGFCSS,IP solicitou esclarecimentos à Autora e ao Instituto de Segurança Social, IP, que à data de fecho de contas ainda não haviam sido prestados. Assim, atentas as dúvidas acima mencionadas, o IGFCSS,IP aguarda ação de liquidação de sentença, tendo no entanto, por mera cautela, provisionado a totalidade do montante reclamado pela Autora.

## 8.2.32 – Movimento Ocorrido no Exercício nos Fundos Próprios do IGFCS,IP

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Fundos Próprios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 podem ser analisados como segue:

MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO					
Contas	Saldo Inicial	Movimentos do Exercício		Saldo Final	Observações
		Variações	Transferências		
577 – Reservas decorrentes da transferência de ativos					
5772 – De imobilizações Corpóreas	203 351,05			203 351,05	
5778 – De Outros Ativos	185 712,14			185 712,14	
59 – Resultados Transitados					
592 – Regularizações de Grande Significado	(18 574,88)			(18 574,88)	
599 – Resultados Transitados – Outros	(370 488,31)			(370 488,31)	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

## 8.2.35 – Repartição do Valor Líquido das Vendas e das Prestações de Serviços por Mercado

O valor das vendas e prestações de serviços pode ser decomposto como segue:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
Contas	Designação	Mercado Interno	
		2018	2017
712	Prestações de Serviços		
	FCR	66 893,28	62 817,50
	FCT	20 620,26	134 715,15
		<b>87 513,54</b>	<b>197 532,65</b>

O valor inscrito na rubrica 'FCR' refere-se aos custos de gestão, conforme o estipulado no nº 3 do artigo 15º da Portaria nº 212/2008 de 29 de fevereiro (Regulamento de Gestão do Fundo dos Certificados de Reforma).

De acordo com a deliberação do Conselho Diretivo de 31.03.2016, a provisão a constituir pelo FCR corresponde a 0,15% do valor da carteira (0,29% até 2015). (Nota 8.2.38).

O valor inscrito na rubrica 'FCT' refere-se aos custos de gestão, conforme o estipulado no nº 5 do artigo 20º da Lei nº 70/2013 de 30 de agosto (Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho).

O montante proveniente do FCT, em 2017 compreende a despesa por incumprimento da entrega por parte das entidades empregadoras, de acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 12º do Regulamento nº 390-B/2013 de 14 de outubro (Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho).

Esta receita a partir de 27 de junho de 2017, com a publicação do Aviso nº 7138/2017, passou a ser atribuída ao Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com as alterações ao

Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho, aprovadas pelo conselho de gestão do FCT.

### 8.2.37 – Demonstração dos Resultados Financeiros

As demonstrações dos resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser detalhadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros Suportados	0,00	1 197,28	781	Juros Obtidos	384,81	2 020,31
688	Outros Custos e Perdas Financ	1 174,80	1 460,83	788	Outros Prov e Ganhos Financ	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	(789,99)	(637,80)				
		<b>384,81</b>	<b>2 020,31</b>			<b>384,81</b>	<b>2 020,31</b>

O valor registado na rubrica ‘Juros suportados’ corresponde a juros moratórios pagos a uma colaboradora, na sequência do Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte de 7 de abril de 2017 (Processo 1770/13.BEPRT).

A rubrica ‘Outros custos e perdas financeiras’ representa os encargos com serviços bancários.

O valor inscrito na rubrica ‘Juros obtidos’ pode ser discriminado como segue:

JUROS OBTIDOS		
	Exercício	
	2018	2017
Depósitos à Ordem	384,81	879,26
Depósitos a Prazo	0,00	1 141,05
	<b>384,81</b>	<b>2 020,31</b>

### 8.2.38 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

As demonstrações dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser detalhadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
697	Correções relativas a exercícios anteriores	10 021,93	24 275,24	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	82 476,55	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	53 470,91	134 613,90
	Resultados Extraordinários	125 925,53	110 338,66				
		<b>135 947,46</b>	<b>134 613,90</b>			<b>135 947,46</b>	<b>134 613,90</b>

O valor registado na rubrica ‘Correções relativas a exercícios anteriores’ corresponde ao acerto do excesso da provisão criada em 2017 da comissão de gestão do FCR. Nos termos do

regulamento de gestão do FCR, este deverá pagar anualmente uma comissão de gestão fixa até que se encontrem cobertos os custos diretos incorridos pelo IGCSS,IP com a implementação do Regime Público de Capitalização. Com a cobertura dos custos relativos ao investimento inicial procedeu-se à anulação do proveito reconhecido em 2017. (Nota 8.2.35)

O montante registado na rubrica 'Reduções de amortizações e provisões' resulta do ajustamento à estimativa dos valores a pagar aos colaboradores na sequência do acórdão nº 1147/17 do Supremo Tribunal Administrativo. (Nota 8.2.31)

O valor inscrito na rubrica 'Outros proveitos e ganhos extraordinários' refere-se às transferências, do FEFSS para o IGCSS,IP, da componente receitas de capital com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4), refletindo o impacto da aplicação do princípio da especialização dos exercícios no que respeita ao valor das despesas de capital incorridas no exercício.

## 8.2.39 – Outras Informações Consideradas Relevantes para Melhor Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

### 8.2.39.1 – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estas rubricas podem ser detalhadas conforme a tabela abaixo:

DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2018	2017
<b>24</b>	<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
2453	Segurança Social	2 622,24	2 622,24
<b>26</b>	<b>Outros Devedores</b>		
2689955	FCT	20 644,10	0,00
	<b>Total</b>	<b>23 266,34</b>	<b>2 622,24</b>

### 8.2.39.2 – Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA			
Contas	Designação	2018	2017
1211	Depósitos à Ordem	1 054 428,57	801 444,26
11	Caixa	944,06	1 267,48
	<b>Total</b>	<b>1 055 372,63</b>	<b>802 711,74</b>

O saldo de Depósitos à ordem e Caixa, é composto pelo saldo de gerência apurado em 31 de Dezembro de 2018 no montante de 169 124,26€ (305 209,08€ em 2017), que deverá, de acordo com o nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 203/2012, de 28 de Agosto, transitar para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e pelo saldo registado em operações de tesouraria, no qual está incluído o valor de 865 107,08€ (475 806,25€ em

2017), correspondente aos valores em trânsito a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). (Nota 8.2.39.2)

Tendo em consideração o previsto no n.º 3 do artigo 48.º da Lei 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei 52/2011, de 13 de Outubro, a utilização do saldo de gerência carece de Despacho Conjunto dos Ministros responsáveis pelas áreas das Finanças e da Segurança Social, o qual não tinha ocorrido à data de 31 de Dezembro de 2018. Encontra-se registado em 31.12.2018 na subconta '2684412 - Credores por Transferências' o montante a devolver ao FEFSS em 2019, após aprovação da integração do referido saldo (169 124,26€).

### 8.2.39.3 – Acréscimos e Diferimentos – Ativo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)					
Contas	Designação	2018		2017	
		Saldo	Total	Saldo	Total
2711	Juros a Receber				
27111	Juros a Receber D/O	10,77	10,77	59,31	59,31
2719	Outros Acréscimos de Proveitos	475 882,78	475 882,78	524 429,50	524 429,50
<b>271</b>	<b>Acréscimo de Proveitos</b>		<b>475 893,55</b>		<b>524 488,81</b>
272	Custos Diferidos				
2721	Seguros	521,00		498,49	
2722	Rendas Adiantadas	8 016,90		7 927,55	
2729	Outros Custos Diferidos	3 618,56	12 156,46	16 777,72	25 203,76
<b>272</b>	<b>Custos Diferidos</b>		<b>12 156,46</b>		<b>25 203,76</b>

Do valor inscrito na rubrica 'Outros acréscimos de proveitos', 66 454,58€ (79 851,06€ em 2017) corresponde à estimativa da comissão de gestão do FCR a receber em abril de 2019. O remanescente diz respeito ao acréscimo de proveitos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7.

Na rubrica 'Outros custos diferidos' estão principalmente registados pagamentos efetuados no exercício, relativos a serviços de informação financeira.

#### 8.2.39.4 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2018	2017
<b>22</b>	<b>Fornecedores</b>		
221	Fornecedores, C/C	384,58	62,13
<b>24</b>	<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
2453	Segurança Social	21 141,29	21 696,43
<b>26</b>	<b>Outros Credores</b>		
2684412	Credores por transferências correntes	169 124,26	305 209,08
268956	Empregadores FCT	865 107,08	475 806,25
	<b>Total Outros Credores</b>	<b>1 034 231,34</b>	<b>781 015,33</b>
	<b>Total</b>	<b>1 055 757,21</b>	<b>802 773,89</b>

O valor registado na rubrica ‘Credores por Transferências Correntes’ corresponde ao saldo de gerência de 2018 do IGCSS,IP a ser transferido em 2019 para o FEFSS, após despacho de aprovação do saldo.

O montante inscrito na rúbrica ‘Empregadores FCT’ corresponde a valores em trânsito, a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho.

Com efeito, tendo em conta que os valores a reembolsar às entidades empregadoras, nos termos do artigo 34º da Lei 70/2013, lhes são transferidos através da articulação entre o sistema de suporte ao Fundo de Compensação do Trabalho (GFCT) e um sistema da segurança social (SICC), os valores resgatados ao Fundo para esse efeito são previamente transferidos para uma conta bancária da entidade gestora, sendo esta a responsável pela respetiva entrega aos empregadores.

#### 8.2.39.5 – Acréscimos e Diferimentos – Passivo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)					
Contas	Designação	2018		2017	
		Saldo	Total	Saldo	Total
273	Acréscimos de Custos				
2732	Remunerações a Liquidar	190 765,27	190 765,27	193 970,82	193 970,82
2739	Outros acréscimos de custos	127 800,24	127 800,24	86 800,63	86 800,63
<b>273</b>	<b>Acréscimo de Custos</b>		<b>318 565,51</b>		<b>280 771,45</b>
2745	Subsídios para Investimento	42 815,16	42 815,16	56 286,07	56 286,07
2749	Outros Proveitos Diferidos	12 156,44	12 156,44	25 203,74	25 203,74
<b>274</b>	<b>Proveitos Diferidos</b>		<b>54 971,60</b>		<b>81 489,81</b>

Do valor inscrito em ‘Outros Acréscimos de Custos’, (42 199,08€) dizem respeito ao acréscimo de custos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7. O valor inscrito em ‘Outros Proveitos Diferidos’ diz respeito ao diferimento de proveitos mencionado na nota 8.2.2.

### 8.2.39.6 – Remunerações dos Órgãos Sociais

Foram atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no decorrer dos exercícios de 2018 e de 2017, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS			
		2018	2017
Conselho Diretivo	Presidente	91 272,10	84 811,14
	Vice-Presidente	82 497,48	77 060,07
	Vogal	10 457,25	72 707,44
Fiscal Único	Horwath & Associados, SROC, Lda	13 641,48	13 641,48

### 8.2.39.7 – Transferências Correntes Obtidas

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OBTIDAS			
Contas	Designação	2018	2017
742	Transferências Correntes Obtidas		
	FEFSS	2 160 000,00	2 252 956,90
	<b>Total</b>	<b>2 160 000,00</b>	<b>2 252 956,90</b>

O valor inscrito na rubrica ‘Transferências correntes obtidas – FEFSS’ corresponde às transferências, do FEFSS para o IGFCCS,IP, da componente receitas correntes com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.4).

Do valor inscrito nesta rubrica em 2017, 2 182 500,00€ referem-se às transferências, do FEFSS para o IGFCCS,IP, da componente receitas correntes com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.4). O remanescente, no valor de 70 456,90€, corresponde ao valor líquido dos acréscimos e diferimentos mencionados na nota 8.2.2.

### 8.2.39.8 – Declarações Relativas ao nº 3 do artigo 15º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro

#### Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31.12.2018

COMPROMISSOS PLURIANUAIS	
Ano	Montante
2019	988 031,36
2020	144 311,16
2021	38 482,56
2022	35 781,48
Seguintes	46 553,58



## Declaração de Pagamentos em Atraso em 31.12.2018

Não existem pagamentos em atraso.

## Declaração de Recebimentos em Atraso em 31.12.2018

Não existem recebimentos em atraso.

## 8.3 – Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

### 8.3.1 – Alterações Orçamentais

#### ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA

Classificação Económica			Dotações Iniciais (3)	Alterações Orçamentais				Reposições abetidas aos pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=3+4-5+6+7+8	Observações (10)
Código (1)	POCISSS	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)	Modificações na redacção de rubricas (7)			
				Reforços (4)	Anulações (5)					
<b>0101</b>		<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>1 637 505,00</b>	<b>36 975,00</b>	<b>32 980,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 641 500,00</b>	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	167 010,00	0,00	0,00				167 010,00	
01010301	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	650 424,00	0,00	20 418,00				630 006,00	
01010302		Alterações obrigatórias de pos. remuneratório	13 549,00	6 000,00	0,00				19 549,00	
01010304		Recrutamento pessoal novos postos de trabalho	131 879,00	22 075,00	0,00				153 954,00	
010108		Pessoal aguardando aposentação	500,00	0,00	0,00				500,00	
010111	64134/642281	Representação	102 432,00	0,00	0,00				102 432,00	
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	363 582,00	0,00	5 000,00				358 582,00	
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	55 987,00	0,00	1 258,00				54 729,00	
<b>01011401</b>		<b>Subsídio de férias</b>	<b>75 821,00</b>	<b>6 300,00</b>	<b>2 502,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>79 619,00</b>	
0101140101	6412/642112	Pessoal em funções	75 821,00	5 000,00	2 502,00				78 319,00	
0101140102	6412/642112	Alt. obrig. pos. remuneratório	0,00	1 300,00	0,00				1 300,00	
<b>01011402</b>		<b>Subsídio de Natal</b>	<b>75 821,00</b>	<b>2 600,00</b>	<b>3 802,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>74 619,00</b>	
0101140201	6412/642112	Pessoal em funções	75 821,00	0,00	3 802,00				72 019,00	
0101140202	6412/642112	Alt. obrig. pos. remuneratório	0,00	2 600,00	0,00				2 600,00	
010115		Remunerações por doença mat / pat	500,00	0,00	0,00				500,00	
<b>0102</b>		<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>83 983,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>83 983,00</b>	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00				500,00	
010204	64132	Ajudas de custo	3 000,00	0,00	0,00				3 000,00	
01021201		Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	70 700,00	0,00	0,00				70 700,00	
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00				500,00	
010213		Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	0,00				5 000,00	
010214	642283	Outros abonos numerário ou espécie	4 283,00	0,00	0,00				4 283,00	
<b>0103</b>		<b>Segurança social</b>	<b>342 553,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 995,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>338 558,00</b>	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	76 318,00	0,00	0,00				76 318,00	
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	265 735,00	0,00	3 995,00				261 740,00	
010309		Seguros	500,00	0,00	0,00				500,00	
<b>0201</b>		<b>Aquisição de bens</b>	<b>29 300,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29 400,00</b>	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	8 000,00	0,00	0,00				8 000,00	
020104	62234	Limpeza e higiene	2 300,00	100,00	0,00				2 400,00	
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	0,00				12 000,00	
020112		Material de transporte - Peças	500,00	0,00	0,00				500,00	
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 000,00	0,00	0,00				2 000,00	
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	0,00				2 000,00	
020121	622981	Outros bens	2 500,00	0,00	0,00				2 500,00	
<b>0202</b>		<b>Aquisição de serviços</b>	<b>1 630 230,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 630 130,00</b>	
020201	62211/62213/6229821111	Encargos das instalações	58 800,00	0,00	0,00				58 800,00	
020202	62234	Limpeza e higiene	18 000,00	0,00	0,00				18 000,00	
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	19 990,00	0,00	0,00				19 990,00	
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	98 000,00	0,00	0,00				98 000,00	
02020403		Princípio Onerosidade	26 880,00	0,00	100,00				26 780,00	
020206		Locação de material de transporte	22 140,00	0,00	0,00				22 140,00	
020209	62222	Comunicações	12 675,00	0,00	0,00				12 675,00	
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	0,00				950,00	
020213	62227	Deslocações e estadas	15 000,00	0,00	0,00				15 000,00	
020214		Estudos, pareceres, projectos consultadoria	500,00	0,00	0,00				500,00	
020215	6483	Formação	18 000,00	0,00	0,00				18 000,00	
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00				500,00	
020218	62235	Vigilância e segurança	3 200,00	0,00	0,00				3 200,00	
020219	62245	Assistência técnica	102 525,00	0,00	0,00				102 525,00	
02022002	62236	Outros trabalhos especializados	1 175 370,00	0,00	0,00				1 175 370,00	
020225	622982	Outros serviços	57 700,00	0,00	0,00				57 700,00	
<b>0305</b>		<b>Outros juros</b>	<b>5 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 000,00</b>	
030502		Outros	5 000,00	0,00	0,00				5 000,00	
<b>0306</b>		<b>Juros e outros encargos</b>	<b>3 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 000,00</b>	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3 000,00	0,00	0,00				3 000,00	
<b>04</b>		<b>Transferências correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>305 209,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>305 209,08</b>	
0406	63115	Segurança social	0,00	305 209,08	0,00				305 209,08	
<b>07</b>		<b>Aquisição de bens e investimento</b>	<b>125 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>125 000,00</b>	
070107	426	Material de informática	85 000,00	0,00	0,00				85 000,00	
070108	426	Software informático	30 000,00	0,00	0,00				30 000,00	
070109	426	Equipamento administrativo	5 000,00	0,00	0,00				5 000,00	
070115	429	Outros investimentos	5 000,00	0,00	0,00				5 000,00	
<b>0802</b>		<b>Outras despesas correntes</b>	<b>1 600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 600,00</b>	
080201	622982114	Impostos e taxas	1 500,00	0,00	0,00				1 500,00	
080203		Outras	100,00	0,00	0,00				100,00	
		<b>TOTAL</b>	<b>3 858 171,00</b>	<b>342 284,08</b>	<b>37 075,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 163 380,08</b>	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

Classificação Económica		Previsões Iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas (7)=3+4+5-6	Observações (8)
Código (1)	POC/SSS (2)		Créditos Especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
<b>05</b>		<b>5 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 000,00</b>	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00	
<b>06</b>		<b>3 687 671,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 687 671,00</b>	
0606		Segurança Social					
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	3 687 671,00	0,00	0,00	3 687 671,00	
<b>07</b>		<b>40 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40 000,00</b>	
0702	712	Serviços	40 000,00	0,00	0,00	40 000,00	
<b>10</b>		<b>125 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>125 000,00</b>	
10060103	798311628	Segurança Social	125 000,00	0,00	0,00	125 000,00	
<b>15</b>		<b>500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>500,00</b>	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	0,00	0,00	500,00	
<b>16</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>305 209,08</b>	<b>0,00</b>	<b>305 209,08</b>	
		Outras receitas de capital	0,00	305 209,08	0,00	305 209,08	
		<b>Total</b>	<b>3 858 171,00</b>	<b>0,00</b>	<b>305 209,08</b>	<b>4 163 380,08</b>	

8.3.2 - Contratação Administrativa

Situação dos Contratos

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
Vieira de Almeida & Associados - Sociedade de Advogados R.L.	Assessoria Jurídica - EMIR - European Market Infrastructure Regulation	15-07-2015	6 150,00			26-08-2016	0,00			1 476,00			
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	Mandato judicial para defesa do IGFCS no âmbito dos processos judiciais movidos p/ colaboradores no Tribunal Administrativo	14-03-2016	19 188,00			23-06-2016	0,00			5 910,15			
Galp Power, S.A.	Fornecimento de electricidade	02-11-2015	61 200,07			09-12-2015	17 735,26			61 200,07			Foi descabimentado 31 049,93€.
Bloomberg (valor em USD)	Prestação informação rel. c/ mercados monetário e de capitais	03-04-2016	805 217,04	2119/2016 e 2268/2016	13-10-2016	24-10-2016	64 832,25			630 509,25			Contravalor (C) em 2016: 284 116,33; Contravalor (C) em 2017: 344 138,08; Contravalor (C) em 2018: 64 610,90.
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software	Assistência técnica aplicação informática do Sistema de Gestão de Ativos	07-11-2016	237 396,15			28-12-2016	66 832,04			150 556,59			
Servisan - Produtos de Higiene S.A.	Aquisição de Produtos de Higiene e Limpeza - A, Quadro	01-11-2016	5 972,49			27-01-2017	466,98			1 390,04			
Iberlim - Sociedade Técnica de Limpeza, S.A.	Serviço de limpeza Porto - Lx e Pt	01-11-2016	45 272,45			28-12-2016	28 924,17			45 272,45			
MEO - Serviços de Comunicação Multimédia, S.A.	SMT - Serviço Móvel Terrestre - Acordo Quadro	01-06-2017	9 360,00			22-06-2017	837,63			1 307,88			
Sagies-Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	Higiene e saúde no trabalho	01-01-2017	3 055,60			24-02-2017	1 527,80			3 055,60			
Prosecur - Companhia de Segurança, Unipessoal, Lda.	Recolha e guarda de suportes informáticos (Contrato Antigo)	01-06-2017	3 099,60			23-06-2017	1 291,50			3 099,60			
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	Auditoria e Certificação de Contas 2017 a 2018	28-06-2017	33 825,00			27-11-2017	16 912,09			22 549,59			
ONTelecom - Infocomunicações, S.A.	Serviço de Telefone Fixo - A, Quadro de Voz e Dados em Local Fixo	26-01-2018	322,06			20-03-2018	151,00			151,00			
Petróleo de Portugal - Petrolgal, S.A.	Aquisição de Combustíveis Rodoviários	01-12-2017	15 990,00			01-02-2018	4 226,56			4 226,56			
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (Pré Pagamento)	10-04-2017	700,00			29-11-2017	400,00			700,00			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Serviço de Telefone Fixo - A, Quadro de Voz e Dados em Local Fixo (contrato Inercial)	01-07-2017	41,67			26-10-2017	2,89			2,89			Foi descabimentado 38,78€.
Fluir - Consumíveis e Equipamentos Informáticos, Unipessoal, Lda.	Aquisição de Consumíveis Informáticos - Ano 2018 - Centralizado pela UMC	01-01-2018	2 847,20			28-07-2018	2 622,85			2 622,85			Foi descabimentado 224,35€.
Acin - iCloud Solutions, Lda	Plataforma Eletrónica de Contratação Pública	10-07-2017	1 845,00			27-11-2017	615,00			871,25			
Eden Springs - Portugal, S.A.	Aquisição de garrafas de água	01-01-2018	1 236,98			25-05-2018	273,88			1 236,98			
Bloomberg (valor em USD)	Prestação informação rel. c/ mercados monetário e de capitais	03-04-2018	882 943,20			03-04-2018	255 230,25			255 230,25			Contravalor (C) em 2018: 271 243,26.
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Serviços de dados, acesso à internet e conectividade (Contrato Antigo)	01-08-2017	295,20			26-10-2017	166,80			247,52			Foi descabimentado 47,68€.
OHMTécnica - Representação de Marcas, Lda.	Aquisição de Material de Ecrã	01-01-2018	271,98			27-08-2018	119,57			119,57			Foi descabimentado 152,41€.
RMS - Raul Manuel da Silva, Lda.	Aquisição de envelopes e cartões de visita	31-10-2017	344,40			26-02-2018	344,40			344,40			
Ceger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	Aquisição de 2 cartões de Certificação Eletrónica	17-01-2018	300,00			27-02-2018	300,00			300,00			
APR - Management Solutions	Contrato de assistência Básica do software GIN	01-01-2018	2 128,61			01-02-2018	2 128,61			2 128,61			
Santogal F - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	Colocação do espelho retrovisor direito do veículo 45-73-XB	01-02-2018	89,79			01-02-2018	89,79			89,79			
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Requisição de apartamento para correspondência do RPC e respetivo Aviso Eletrónico do apartamento - Ano de 2018	05-01-2018	71,34			05-01-2018	71,34			71,34			
NOS - Comunicações, S.A.	Serviços de TV por cabo	01-01-2018	778,63			23-01-2018	756,96			756,96			Foi descabimentado 21,67€.
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda.	Manutenção das Fotocopiadoras	01-01-2018	871,20			01-02-2018	871,20			871,20			
ATM - Manutenção Total	Contrato de Manutenção do Ar condicionado	01-01-2018	1 290,32			26-07-2018	1 290,32			1 290,32			
Trujmolen-Est. Serv. Protecção Ambiental, Lda.	Serviço de controlo de murdeiros	14-02-2018	215,25			27-02-2018	215,25			215,25			
CML - Câmara Municipal de Lisboa	Estacionamento do veículo 45-73-XB na via pública	01-01-2018	1 500,00			01-02-2018	1 500,00			1 500,00			
Esli - Parques de Estacionamento, S.A.	Estacionamento do veículo 94-14-0C na via pública	01-01-2018	1 162,80			07-03-2018	1 162,80			1 162,80			
Transportes Monte Pedral	Serviço de Transporte de Caixas de Arquivo do ISS Porto para o IGFCS	23-01-2018	116,85			27-02-2018	116,85			116,85			
ATM - Manutenção Total	Reparação do ar condicionado no pólo técnico	18-01-2018	175,89			27-04-2019	175,89			175,89			
<b>A Transportar...</b>							<b>472 194,93</b>						





SITUAÇÃO DOS CONTRATOS - Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos e Mals	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos e Mals	
	Transporta...						691 095,42						
Daniel Gomes & Abreu, Lda.	Serviço de Táxi	29-10-2018	5,65			29-10-2018	5,65			5,65			
Restaurante Líder	Representação dos serviços	29-10-2018	185,50			29-10-2018	185,50			185,50			
Táxi Casimiro Ferreira	Serviço de Táxi	29-10-2018	10,00			29-10-2018	10,00			10,00			
Táxi Alberto Marques	Serviço de Táxi	29-10-2018	9,00			29-10-2018	9,00			9,00			
Manuel Rodrigues & Filhos, Lda	Serviço de Táxi	29-10-2018	12,00			29-10-2018	12,00			12,00			
António da Conceição Teixeira	Serviço de Táxi	29-10-2018	7,60			29-10-2018	7,60			7,60			
Táxis Rufimota, Lda	Serviço de Táxi	29-10-2018	5,00			29-10-2018	5,00			5,00			
Manuel Teixeira Lopes	Serviço de Táxi	29-10-2018	11,00			29-10-2018	11,00			11,00			
Mota & Margarido, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	15,00			27-12-2018	15,00			15,00			
Luis Cunha Santos Táxis Unipessoal, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	11,00			27-12-2018	11,00			11,00			
Auto Táxis Póvoa de Góis, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	9,00			27-12-2018	9,00			9,00			
Rosa & André, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	9,00			27-12-2018	9,00			9,00			
José Joaquim Ferraz, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	6,65			27-12-2018	6,65			6,65			
Manuela Dias Ferreira	Serviço de Táxi	27-12-2018	11,75			27-12-2018	11,75			11,75			
Auto Táxis Cuvelo, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	8,15			27-12-2018	8,15			8,15			
Táxis do Alto da Mina, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	7,00			27-12-2018	7,00			7,00			
Armando Carvalho Moura Lopes	Serviço de Táxi	27-12-2018	5,10			27-12-2018	5,10			5,10			
Taxiking, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	7,15			27-12-2018	7,15			7,15			
Heitor Luis Cardoso da Silva Direito	Serviço de Táxi	27-12-2018	6,00			27-12-2018	6,00			6,00			
Jorge Queiróz - Táxis Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	7,00			27-12-2018	7,00			7,00			
Táxi Odicasal, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	7,70			27-12-2018	7,70			7,70			
Táxis Pedra Firme, Unipessoal, Lda.	Serviço de Táxi	27-12-2018	14,05			27-12-2018	14,05			14,05			
Eduardo Pinho Fernandes, Lda.	Serviço de Táxi	27-12-2018	5,30			27-12-2018	5,30			5,30			
Auto Táxis Ideal do Zétere, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	6,45			27-12-2018	6,45			6,45			
Auto Táxis Sequinho, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	7,15			27-12-2018	7,15			7,15			
Táxis Matina, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	10,00			27-12-2018	10,00			10,00			
Ousadia Pertinente, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	8,00			27-12-2018	8,00			8,00			
RV Táxis - Unipessoal Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	13,00			27-12-2018	13,00			13,00			
Táxis Estrela Matinal, Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	10,00			27-12-2018	10,00			10,00			
Erikika Táxis Unipessoal Lda	Serviço de Táxi	27-12-2018	7,00			27-12-2018	7,00			7,00			
	<b>Total...</b>						<b>707 324,28</b>						

Formas de Contratação

FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Tipo de Contrato (1)	Formas de Adjudicação														Total	
	Concurso Público		Concurso Limitado c/ Prévia Qualificação		Concurso Limitado c/ Apresentação Candidaturas		Concurso Limitado s/ Apresentação Candidaturas		Por Negociação c/ Publicação Prévia Anúncio		Por Negociação s/ Publicação Prévia Anúncio		Ajuste Direto		NºContr (16)	Valor (17)
	NºContr (2)	Valor (3)	NºContr (4)	Valor (5)	NºContr (6)	Valor (7)	NºContr (8)	Valor (9)	NºContr (10)	Valor (11)	NºContr (12)	Valor (13)	NºContr (14)	Valor (15)		
Locação																
Empreitada de Obras Públicas																
Gestão de Serviços Públicos																
Prestação de Serviços													128	2 739 093,50	128	2 739 093,50
Aquisição de Bens													42	33 581,28	42	33 581,28

8.3.4 - Transferências e Subsídios

Transferências de Capital - Despesa

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - DESPESA

Disposições Legais (1)	Transferências Orçamentadas (2)	Transferências Autorizadas (3)	Transferências Efetuadas (4)	Transferências Autorizadas e Não Efetuadas (5)=(3)-(4)
Transferências para o FEFSS	305 209,08	305 209,08	305 209,08	0,00

Este valor corresponde a parte do saldo orçamental na posse do IGFCCS, IP a 31/12/2017, foi devolvido ao FEFSS com base no disposto no nº1 do artigo 48º da Lei nº 91/2001 de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 41/2014, de 10 de julho, em conjugação com o artigo 4º do Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril e o artigo 89º do Decreto-Lei nº 33/2018 de 15 de maio.

### Transferências Correntes – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas correntes, conforme descrito na nota 8.2.39.7

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências Correntes Obtidas		
FEFSS	3 687 671,00	2 160 000,00

### Transferências de Capital – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas de capital, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências do FEFSS	125 000,00	40 000,00





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.609.504 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 2.371.762 euros de despesa paga e um total de 2.540.886 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

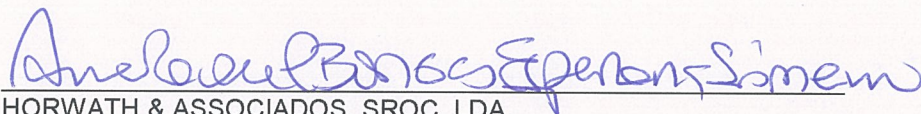
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**  
**Sobre o relatório de gestão**

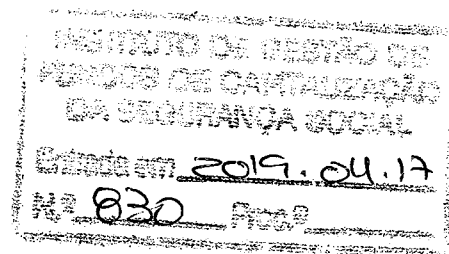
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 3 de abril de 2019



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.

Avenida da Boavista, 1180 - 4º  
4100 - 113 PORTO - Portugal

T. +351 22 099 60 83  
F. +351 22 099 76 96

www.grantthornton.pt

## Relatório de Auditoria

### Relato sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.609.504 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a demonstração dos resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 2.371.762 euros de despesa paga e um total de 2.540.886 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

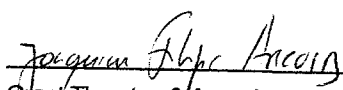
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 3 de abril de 2019

  
Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Joaquim Filipe Martins de Moura Areosa (ROC n.º 1027)